

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

Danusa Scremin Rolim

**ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES: DESAFIOS E PRÁTICAS DOS EDUCADORES
SOCIAIS**

Santa Maria, RS
2023

Danusa Scremin Rolim

**ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES:
DESAFIOS E PRÁTICAS DOS EDUCADORES SOCIAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE.

Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Aline Cardoso Siqueira

Santa Maria, RS
2023

FICHA CATALOGRÁFICA

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Scremin Rolim , Danusa
Acolhimento institucional de crianças e
adolescentes:Desafios e práticas dos educadores sociais/
Danusa Scremin Rolim.- 2023.
67 p.; 30 cm

Orientadora: ALINE CARDOSO SIQUEIRA
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas,
Programa de Pós-Graduação em Psicologia, RS, 2023

1. ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL 2. CRIANÇAS E
ADOLESCENTES 3. CUIDADO 4. EDUCADOR SOCIAL I. CARDOSO
SIQUEIRA, ALINE II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados
fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de
Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável
Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, DANUSA SCREMIN ROLIM , para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Danusa Scremin Rolim

**ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES:
DESAFIOS E PRÁTICAS DOS EDUCADORES SOCIAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Psicologia**.

Aprovada em 31 de maio de 2023:

**Aline Cardoso Siqueira, Doutora em Psicologia (UFSM)
(Presidente/Orientador)**

Lirene Finkler, Doutora em Psicologia (UFSM)

Suane Pastoriza Faraj, Doutora em Psicologia (Entidade Antônio Palloti)

Santa Maria, RS

2023

DEDICATÓRIA

Para todas as crianças e adolescentes que foram afastados de suas famílias e fizeram ou fazem parte dos acolhimentos, aos educadores sociais, figuras tão importantes nesse processo, e aos meus pacientes em especial.

Para vocês que foram e são a minha principal inspiração para seguir o caminho em busca de conhecimento e em busca da proteção e garantia dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela vida, pela saúde e pelas oportunidades. À minha família pelo apoio e compreensão, especialmente minha mãe, Anna Scremin, meus irmãos, Camila Scremin e Heider F. Carnhieto, à minha filha, Maria Valentina, e ao meu marido, Andrei, pelo amor, carinho e acolhida. À minha sogra, Márcia, meus cunhados e cunhadas, meus tios, padrinhos, minhas primas e sobrinhos. Vocês são o maior presente de Deus na minha vida. Minha gratidão a todos pelo apoio e por tantas outras virtudes.

Às minhas amigas e colegas de trabalho "Gatíssimas" Andryellen, Araceli, Karla, Mônica, Seila e Thaís, que me acolheram com tanto carinho e afeto em todas as etapas desse processo. Me fizeram rir quando a vontade era de chorar, estavam sempre comigo me apoiando e incentivando e “surtando” junto comigo.

Aos meus chefes Bruno Pinheiro e Raquel Menezes, que sempre me apoiaram e confiaram no meu trabalho.

A todos os profissionais, amigos e colegas que me receberam de braços abertos em São Pedro do Sul, me fazendo sentir pertencente à cidade de vocês.

À minha amiga prof.^a Dr.^a Daniela Trevisan Monteiro. Ela me fez acreditar que seria possível, me encorajou, acreditou nas minhas potencialidades e, de certa forma, possibilitou que eu trilhasse esse caminho.

À minha orientadora, prof.^a Dr.^a Aline Cardoso Siqueira, seu apoio, carinho e contribuições foram fundamentais. Obrigada por me acolher e ajudar a superar os vários desafios dessa trajetória (e foram muitos).

Às professoras Dr.^a Suane Pastoriza Faraj, Lirene Finkler e Jana G. Zappe, minha gratidão pelas contribuições e por terem aceitado participar na composição da Banca Examinadora desta dissertação.

À Universidade Federal de Santa Maria, a todos os funcionários, colegas de mestrado e estudantes de psicologia que contribuíram com a pesquisa.

Conheça todas as teorias,
domine todas as técnicas,
mas, ao tocar uma alma humana,
seja apenas outra alma humana.

C. G. JUNG

RESUMO

ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: DESAFIOS E PRÁTICAS DOS EDUCADORES SOCIAIS

AUTORA: Danusa Scremin Rolim
ORIENTADORA: Aline Cardoso Siqueira

O acolhimento institucional de crianças e adolescentes é uma medida de afastamento da família temporário e excepcional aplicada quando esgotadas as demais alternativas e enquanto se revertem os fatores que motivaram o afastamento. O educador social é o profissional que atua em instituições de acolhimento que atendem essas crianças e adolescentes. No acolhimento, ele deve estar preparado para lidar com as especificidades dos jovens atendidos e com as demandas das instituições, bem como desenvolver seu trabalho orientando-se pela legislação que protege os direitos da criança e do adolescente, o ECA. A presente pesquisa de dissertação de mestrado teve o objetivo de compreender como é o cuidado, os desafios e as dificuldades que os educadores sociais — figuras presentes diariamente na vida das crianças e dos adolescentes — encontram em sua práxis e qual é a sua percepção sobre os adolescentes que moram no acolhimento institucional. Para atingir os objetivos propostos, realizou-se uma pesquisa descritiva e exploratória. A coleta de dados ocorreu através de uma entrevista semiestruturada que foi aplicada de forma individual em nove educadores sociais de quatro cidades de diferentes regiões do estado do Rio Grande do Sul-BR. As entrevistas foram realizadas presencialmente e através da plataforma digital do Google Meet, no período de agosto a outubro de 2022. Os resultados da pesquisa enfatizam a importância de oferecer suporte emocional, social e educacional adequado para os adolescentes em acolhimento, incluindo experiências positivas que garantam a proteção de direitos fundamentais e supram suas necessidades físicas, sociais e emocionais. Os educadores sociais apontam a violência e o envolvimento com o crime como pontos que dificultam o atendimento das necessidades emocionais dos adolescentes, tornando necessário um cuidado especial com esses jovens. Diante desses dados, reforça-se a importância de os profissionais educadores sociais envolvidos nesse cuidado estarem preparados e capacitados para atuar nesse contexto, para que, assim, possam impactar positivamente na realidade dessas crianças e adolescentes que residem em instituições de acolhimento.

Palavras-chave: Educador Social. Acolhimento institucional. Desafios.

ABSTRACT

AUTHOR: Danusa Scremin Rolim
ADVISOR: Aline Cardoso Siqueira

Institutional care for children and adolescents is a measure of temporary and exceptional removal from the family, applied when other alternatives are exhausted and while the factors that motivated the removal are reversed. The social educator is the professional who works in shelter institutions that serve these children and adolescents. In reception, he must be prepared to deal with the specificities of the young people served and with the demands of the institutions, as well as to develop his work guided by the legislation that protects the rights of children and adolescents, the ECA. This master's thesis research aimed to understand what care is like, the challenges and difficulties that social educators — figures present daily in the lives of children and adolescents — find in their practice and what is their perception of the adolescents living in institutional care. To achieve the proposed objectives, a descriptive, exploratory research was carried out. Data collection took place through a semi-structured interview that was applied individually to nine social educators in the state of Rio Grande do Sul-BR. The interviews were carried out in person and through the Google Meet digital platform, from August to October 2022. The survey results emphasize the importance of offering adequate emotional, social and educational support to adolescents in foster care, including positive experiences that guarantee the protection of fundamental rights and meet their physical, social and emotional needs. Social educators point to violence and involvement with crime as points that make it difficult to meet the emotional needs of adolescents, making it necessary to take special care with these young people. Given these data, the importance of the social educator professionals involved in this care being prepared and trained to act in this context, so that they can positively impact the reality of these children and adolescents residing in shelter institutions.

Keywords: Social Educator. Institutional reception. Challenges.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	ARTIGO I — DESAFIOS NO CUIDADO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE VIVEM EM INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO.....	14
3	ARTIGO II — ADOLESCER NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: PERCEPÇÃO DOS EDUCADORES SOCIAIS.....	37
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
	REFERÊNCIAS.....	57
	APÊNDICE A — ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	60
	ANEXO A — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	61
	ANEXO B — TERMO DE CONFIDENCIALIDADE.....	63
	ANEXO C — PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	64

1 INTRODUÇÃO

As instituições que atendem crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social precisam contar com profissionais capacitados e comprometidos com o desenvolvimento integral desses jovens. Entre esses profissionais, destaca-se o educador social, trabalhadores que deverão promover ações educativas e socioassistenciais que contribuam para o desenvolvimento socioemocional do público acolhido. De acordo com o Ministério da Cidadania do Brasil (BRASIL, 2013), o educador social é um profissional responsável por planejar, coordenar e executar ações que visem à promoção dos direitos e à inclusão social de crianças, adolescentes e suas famílias. Ele atua em diferentes contextos, como em instituições de acolhimento para crianças e adolescentes, centros de convivência, projetos sociais, entre outros. Além disso, segundo Carvalho e Magalhães (2021), no acolhimento, o educador social deve estar preparado para lidar com as especificidades dos jovens atendidos e com as demandas das instituições, bem como desenvolver seu trabalho orientando-se pela legislação que protege os direitos da criança e do adolescente, o ECA.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é uma lei brasileira, criada em 1990, que estabelece os direitos e deveres das crianças e dos adolescentes no país. Ele é considerado uma das legislações mais avançadas do mundo em termos de proteção à infância e à juventude. Segundo este estatuto,

[...] é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à obediência, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de protegê-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1990).

O Estatuto define que criança é qualquer ser humano menor de 18 anos de idade, sendo que esse período é subdividido em infância e adolescência, salvo quando, nos termos da lei que lhe seja aplicável, a criança atingir a maioridade mais cedo (UNICEF, 2018). Dessa forma, a medida de proteção do acolhimento representa uma forma de restaurar os direitos da criança e do adolescente que foram ameaçados ou violados. Trata-se de uma medida de afastamento temporário e excepcional, aplicada quando outras alternativas foram esgotadas e enquanto os fatores que levaram ao afastamento estão sendo revertidos. Ao ser afastada da família, as vivências adversas e o cuidado familiar precário cessam, ainda que outros desafios tomem espaço. Segundo o ECA (BRASIL, 1990), em seu artigo 92, inciso III, o acolhimento

institucional oferece "atendimento personalizado e em pequenos grupos". Por outro lado, ter os preceitos legais atendidos não garante a qualidade do atendimento.

Para Souza, Altoé e Pacheco (2021), a prática institucional demonstra que a execução dessa lei não é o suficiente para viabilizar uma mudança efetiva da realidade das crianças e dos adolescentes que se encontram nas instituições de acolhimento sob medidas protetivas. A inserção nestes estabelecimentos implica na separação de crianças e adolescentes de seus familiares, assim como na mudança repentina de rotina e na convivência em um novo ambiente com pessoas desconhecidas que irão prestar os cuidados a elas, como os educadores sociais.

O educador social tem suas funções direcionadas às demandas de usuários em situação de vulnerabilidade e/ou risco social/pessoal. Ele auxilia na elaboração de atividades que potencializem o sujeito, colaborando para sua autonomia, para o fortalecimento das relações sociais visando à proteção dos direitos das crianças e para o fortalecimento da função protetiva da família (BRASIL, 2014). Esses profissionais devem ter qualificação específica para desempenhar esse papel e, então, contribuir no desenvolvimento de relações afetivas positivas e seguras com as crianças. Ele deve ter clareza quanto ao seu papel, vincular-se afetivamente às crianças e contribuir para a construção de um ambiente familiar, sem desvalorizar a família de origem, a fim de contribuir para o fortalecimento dos vínculos familiares, favorecendo o processo de reintegração familiar (CONANDA/CNAS, 2008).

Segundo Nogueira e Costa (2005), as instituições de acolhimento propiciam o atendimento das necessidades físicas básicas, como alojamento, roupas, comida e alguns brinquedos, mas as necessidades emocionais e afetivas, na maioria das vezes, podem não ser atendidas. Existe uma dificuldade na construção e na consolidação de vínculo entre cuidadores e crianças/adolescentes, pois os cuidadores precisam estar preparados para lidar com demandas repletas de sofrimento. Considerando a complexidade do cuidado de crianças cujas experiências pregressas foram insatisfatórias e permeadas pela violência, os educadores sociais necessitam estar qualificados para acolher as dificuldades dessas crianças, prover um ambiente favorável e fomentar o desenvolvimento potencial das mesmas (CANTON, 2017).

No contexto de crianças que estão em acolhimento, Magalhães, Costa e Cavalcante (2011) acreditam que os profissionais educadores sociais que atuam nestas instituições exercem influência nas crianças assistidas. Suas crenças e práticas e a forma como eles percebem e interagem com as crianças e os adolescentes diariamente impactam no seu desenvolvimento e nos seus padrões de comportamento. Nessa perspectiva, para Cavalcante e Corrêa (2012), há uma lacuna na literatura referente às práticas dos educadores em ambiente

institucional, além de estudos que investiguem quem é essa figura que substitui a mãe na lida diária com a criança em ambiente coletivo. Em qualquer contexto, para cuidar bem da criança, para dar suporte, acolhimento e promover um desenvolvimento saudável, é preciso compreender quem cuida delas. As crianças em situação de vulnerabilidade que foram encaminhadas para a instituição de acolhimento frequentemente sofreram algum tipo de violência ou maus-tratos. Dada a complexidade do tema, trabalhar com essas demandas é desafiador e exige da equipe técnica preparação para que possa impactar positivamente na realidade dessas crianças e adolescentes que residem na instituição (GUERRA; PRETTE, 2018). Porém, para que isso ocorra, é necessário o planejamento de intervenções visando à preparação dos educadores para uma atuação mais efetiva.

Segundo Costa e Ferreira (2009), o acolhimento institucional de crianças e adolescentes é um campo que está em recente transformação e reorganização. Tais transformações se dão tanto no campo das políticas macrossociais como no das práticas cotidianas desenvolvidas pelas equipes multiprofissionais de técnicos de secretarias municipais, de abrigos ou do Poder Judiciário ao atuarem dentro do Sistema de Garantias de Direitos. Dessa forma, é de suma importância ampliar a discussão sobre o tema, de forma a estimular a produção de conhecimento em diferentes áreas de estudo, tais como a Psicologia, o Serviço Social, o Direito, entre outras.

Nesse sentido, a presente dissertação de mestrado voltou-se para o contexto dos acolhimentos institucionais a fim de compreender como é o cuidado, os desafios e as dificuldades que os educadores sociais — figuras presentes diariamente na vida das crianças e dos adolescentes — encontram em sua práxis e qual é a sua percepção sobre os adolescentes que moram no acolhimento institucional. Este estudo despontou a partir das minhas experiências profissionais, quando pude perceber as inúmeras demandas no que tange às práticas de trabalho dos educadores sociais, bem como as dificuldades que eles enfrentam no exercício da profissão. Trabalho atualmente como psicóloga na rede pública de saúde fazendo atendimentos ambulatoriais pelo SUS (Sistema Único de Saúde), atendo tanto às demandas das crianças e adolescentes da instituição de acolhimento, como a dos profissionais educadores sociais que trabalham neste local. Dessa forma, o contato com essa realidade despertou meu interesse em pesquisar cientificamente a respeito desta temática. Há uma lacuna referente aos estudos que envolvem esse tema que é de suma importância e relevância social. Portanto, refletir e discutir sobre tais aspectos é primordial para o cuidado prestado às crianças e aos adolescentes acolhidos, uma vez que, segundo Carvalho *et al.* (2016), os educadores sociais podem contribuir para o fortalecimento das necessidades emocionais dos

mesmos. Assim, é importante que este ambiente seja seguro e acolhedor, que possa proporcionar bem-estar, atenção, carinho, respeito, afetividade e singularidade, a fim de reduzir o sofrimento psíquico advindo da fragilização dos vínculos anteriores, aspectos fundamentais para o desenvolvimento humano e para a construção de vínculos saudáveis.

Portanto, entende-se a importância do estudo e da análise desses fenômenos tanto para os educadores sociais quanto para as crianças que estão inseridas no contexto do acolhimento. Dessa forma, esta dissertação está organizada em dois capítulos que serão apresentados na modalidade de artigos¹. Tais artigos decorrem de estudos empíricos sobre a temática e dos resultados e das discussões obtidas pela presente pesquisa. O primeiro artigo, intitulado “Desafios no cuidado de crianças e adolescentes que vivem em instituições de acolhimento”, reflete acerca dos desafios e das dificuldades do trabalho do educador social no contexto do acolhimento institucional. Já o segundo artigo explana a percepção dos educadores sociais a respeito dos adolescentes que residem na instituição de acolhimento.

¹ A organização em artigos se justifica pela intenção de publicação em revista científica.

2 ARTIGO I

RESUMO

DESAFIOS NO CUIDADO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE VIVEM EM INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO

AUTORA: Danusa Scremin Rolim
ORIENTADORA: Aline Cardoso Siqueira

Os educadores sociais que fazem o cuidado diário de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento muitas vezes se sentem despreparados para enfrentar os desafios de suas práticas. Com isso, o objetivo deste trabalho foi conhecer os desafios atuais de ser educador social em acolhimento institucional. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, na qual participaram nove educadores sociais de quatro instituições de acolhimento do estado do Rio Grande do Sul. Para a coleta de dados, foi utilizada entrevista semiestruturada, com questões referentes aos desafios e às dificuldades dos educadores sociais. As entrevistas foram realizadas presencialmente e de forma remota através da plataforma Google Meet. Para a análise dos dados, foi utilizada a análise de conteúdo. Os resultados apontam que os educadores sociais valorizam o trabalho na instituição, porém ressaltam que são inúmeros os desafios para o exercício do cuidado com os acolhidos. Acredita-se que este estudo não se esgota, pois, no contexto das instituições de acolhimento, existem diversas lacunas a serem trabalhadas e discutidas para auxiliar no desenvolvimento do público acolhido, assim como para auxiliar os profissionais que trabalham nesses espaços.

Palavras-chave: Acolhimento institucional. Educadores Sociais. Cuidado.

CHALLENGES IN THE CARE OF CHILDREN AND ADOLESCENTS LIVING IN RESIDENTIAL INSTITUTIONS

ABSTRACT

Social educators who provide daily care for children and adolescents in shelter institutions often feel unprepared to face the challenges of their practices. With this, the objective of this work was to know the current challenges of being a social educator in institutional care. This is a qualitative, descriptive and exploratory research, in which 9 social educators from 4 host institutions in the state of Rio Grande do Sul participated. For data collection, a semi-structured interview was used, with questions referring to the challenges and difficulties of social educators. The interviews were conducted in person and remotely through the Google meet platform. Content analysis was used for data analysis. The results show that social educators value work at the institution, but they point out that there are countless challenges for the exercise of care for the sheltered ones. It is believed that this study is not exhausted, because, in the context of host institutions, there are several gaps to be worked on and discussed, to assist in the development of the host public, as well as the professionals who work in these spaces.

Keywords: Institutional reception. Social Educators. Care.

INTRODUÇÃO

A proteção integral da criança e do adolescente é um direito fundamental, e as leis que objetivam garantir esses direitos começam a ser criadas na década de 1990. É nesse período que surge no Brasil o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), baseado na Convenção dos Direitos da Criança. Ele inova ao trazer o direito à proteção integral. Assim, as crianças e os adolescentes são vistos como sujeitos de direitos, e cabe à família, à sociedade e ao Estado a responsabilidade de garantir as condições para o pleno desenvolvimento dos mesmos, os protegendo de qualquer forma de discriminação, negligência, exploração ou violência (BRASIL, 1990). A criança, sendo imatura física e mentalmente, precisa de proteção e cuidados, inclusive proteção legal. A convenção definiu que criança é todo ser humano menor de 18 anos de idade, salvo quando, nos termos da lei que lhe seja aplicável, a criança atingir a maioridade mais cedo (UNICEF, 2018).

A medida de proteção do acolhimento institucional tornou-se uma forma de restaurar os direitos da criança e do adolescente que foram ameaçados ou violados. Trata-se de uma medida de afastamento temporário e excepcional, até que haja a possibilidade de integrá-la à família. Segundo o ECA (BRASIL, 1990), em seu artigo 92, inciso III, o acolhimento institucional oferece "atendimento personalizado e em pequenos grupos", assim como proteção integral, e visa garantir o direito à moradia, à alimentação, à higiene, à segurança, à educação e à saúde. Por outro lado, ter os preceitos legais atendidos não garante a qualidade do atendimento. O atendimento das crianças afastadas da família de origem sofreu mudanças significativas na história recente, particularmente no período que sucedeu a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990). No entanto, muitos de seus desdobramentos são, ainda, marcados por ideias e práticas do passado.

Nesse sentido, as instituições de acolhimento passam a ter o compromisso de contrapor-se às antigas práticas e de romper com o modelo institucional que visava à segregação e à longa permanência (BRASIL, 2009). Assim, as medidas de proteção foram readequadas pela Lei nº 12.010, com a criação de dois programas, acolhimento institucional e acolhimento familiar, em substituição aos programas anteriores de abrigo e colocação em família substituta (BRASIL, 2009). Segundo dados do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2020), cerca de 34.820 crianças e adolescentes estão acolhidos em instituições de acolhimento, sendo que 60% são adolescentes, e a proporção por sexo é praticamente a mesma.

Para a adequação dos serviços de acolhimento institucional, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) juntamente com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) estabeleceram, em 2009, um documento denominado “Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”. Nele, alguns princípios norteiam o serviço de acolhimento institucional, tais como a provisoriedade do afastamento familiar; o fortalecimento e a preservação dos vínculos familiares e comunitários; o atendimento individualizado e personalizado; a garantia de liberdade de crença e religião; e o respeito à autonomia da criança e do adolescente. Com relação à estrutura e à organização dos espaços, há orientações de: a) ter no máximo quatro crianças ou adolescentes por quarto; b) ter uma sala de estar que contenha espaço suficiente para acomodar a todos; c) dispor de um banheiro para cada grupo de seis pessoas, tendo, no mínimo, um adaptado para pessoas com necessidades especiais, em um ambiente que seja o mais próximo de um lar, sem divulgação nem letreiros na fachada (BRASIL, 2009).

Para Souza, Altoé e Pacheco (2021), a prática institucional demonstra que a execução dessa lei não é suficiente para viabilizar uma mudança efetiva da realidade das crianças e dos adolescentes que se encontram nas instituições de acolhimento sob medidas protetivas. A inserção nestes estabelecimentos implica na separação de crianças e adolescentes de seus familiares bem como na mudança repentina de rotina e na convivência em um novo ambiente com pessoas desconhecidas que irão prestar os cuidados a elas, como os educadores sociais, o que não ocorrerá sem efeitos.

Nesse contexto, deve ser levada em conta a complexidade dos cuidados a serem prestados, pois essas crianças que foram encaminhadas ao acolhimento frequentemente já vivenciaram algum tipo de violência ou negligência. As atividades de rotina, como higiene pessoal, tarefas escolares, alimentação, além de carinho, afeto e atenção, são feitas pela equipe de educadores sociais. Para que esse serviço de acolhimento cumpra sua função de proteção, é fundamental que seja construída uma relação afetiva, segura e estável entre o educador de referência e os acolhidos. Portanto, as instituições necessitam ter profissionais capazes de fortalecer os recursos da criança e do adolescente para que estes enfrentem sua situação familiar e para que possam se estruturar e se desenvolver de modo mais saudável. Dessa forma, deve-se dar atenção especial à qualidade dos serviços prestados nessas instituições (CONANDA/CNAS, 2008).

Com relação à equipe profissional, as Orientações Técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes (BRASIL, 2009) determinam que as instituições disponham de: a) coordenador com formação superior e experiência congênere; b) equipe

técnica com formação superior e com experiência no atendimento de crianças e adolescentes em situações de risco; c) educadores/cuidadores com formação mínima de nível médio e capacitação específica, ocupando um profissional para cada dez crianças ou adolescentes; d) auxiliares de educador/cuidador com, no mínimo, ensino fundamental e capacitação específica, além de experiência em trabalho com crianças e adolescentes. Estes profissionais devem ter a função educativa, e o contexto deve se assemelhar ao ambiente familiar. Portanto, é a partir desse momento que o termo “educador” passou a ser utilizado, para designar esses trabalhadores, ou seja, todos aqueles envolvidos na relação e no cuidado com a criança. O reconhecimento desses profissionais que atuam em serviços de acolhimento e desempenham o papel de educador evidencia a importância desse ator no contexto institucional, indicando a necessidade de selecionar, capacitar e acompanhar as pessoas que atuam nessa função, já que são os responsáveis pelo cuidado direto e cotidiano das crianças e dos adolescentes acolhidos.

Os educadores sociais são aqueles que têm suas funções direcionadas às demandas de usuários em situação de vulnerabilidade e/ou risco social/pessoal. Eles auxiliam na elaboração de atividades socioeducativas que potencializem o sujeito, colaborando assim para sua autonomia, para o fortalecimento de relações sociais visando à proteção dos direitos das crianças e o fortalecimento da função protetiva da família (BRASIL, 2014). Esses profissionais devem ter qualificação específica para desempenhar esse papel e, então, contribuir no desenvolvimento de relações afetivas positivas e seguras com as crianças. Ele deve ter clareza quanto ao seu papel, vincular-se afetivamente às crianças e aos adolescentes e contribuir para a construção de um ambiente familiar, sem desvalorizar a família de origem, a fim de contribuir para o fortalecimento dos vínculos familiares, favorecendo o processo de reintegração familiar (CONANDA/CNAS, 2008). Nesse sentido, para Guerra e Prette (2018), é pertinente que os coordenadores e a equipe técnica planejem intervenções, visando à preparação e à capacitação dos educadores para uma atuação mais efetiva, que promova o desenvolvimento saudável das crianças.

Estudos realizados tendo como foco a atuação dos educadores sociais têm apontado que muitas instituições apresentam alguns desafios, como a falta de profissionais qualificados, alta rotatividade de recursos humanos, superlotação e problemas de relacionamento entre as equipes, o que dificulta a execução de um trabalho de qualidade (ACIOLI *et al.*, 2018; COUTO; RIZZINI, 2021; BASSOLI; FIGUEIREDO, 2020). Ademais, o estudo de Azambuja *et al.* (2016) mostra que esses profissionais normalmente têm pouco preparo e treinamento para trabalhar com esse público e que a falta de

formação/capacitação profissional específica pode afetar a qualidade do trabalho do educador, bem como sua saúde mental e sua intervenção junto à criança. Para Cavalcante *et al.* (2018), fatores ambientais das instituições, aspectos físicos (estrutura, funcionamento) e falta de qualificação dos profissionais podem se tornar fatores de risco, principalmente no que se refere à segurança e à saúde física e psicológica das crianças e dos adolescentes.

Nessa direção, o estudo realizado pelas autoras Bernardes e Marin (2019) apresenta um relato de experiência de uma intervenção com educadoras sociais realizada em uma casa de acolhimento para crianças e adolescentes. O objetivo principal era promover um espaço de escuta e reflexão sobre o trabalho com esse público institucionalizado, bem como sobre os aspectos específicos da atividade do educador social. O estudo constatou a presença de estigmas sobre o trabalho e as crianças em situação de acolhimento, bem como a escassez de assistência e investimento em programas de educação e capacitação continuada, indicando a necessidade de intervenções nesse contexto. Dessa forma, atenta-se para a importância de haver investimento na escuta e no aperfeiçoamento desses educadores, a fim de trabalhar na proteção e na promoção do desenvolvimento mais saudável dos acolhidos, bem como dos profissionais que trabalham na instituição.

O estudo realizado por Wendt (2021), em sua tese de doutorado, teve o objetivo de desenvolver, implementar e avaliar os resultados e o processo de implementação de um programa de promoção de práticas educativas positivas para educadores sociais que trabalham em acolhimento para crianças e adolescentes. Intitulado "Programa Cuida", ele foi realizado com educadores sociais de instituições de acolhimento de Porto Alegre e região metropolitana, no estado do Rio Grande do Sul. O estudo de viabilidade do Programa Cuida foi conduzido junto a um grupo de 12 educadores sociais e constatou a demanda emergente de ampliação das práticas educativas positivas por meio de novas ferramentas de trabalho. A maioria dos educadores sociais que finalizou o Programa Cuida mencionou ter ficado satisfeito ou muito satisfeito com os conteúdos abordados e as aprendizagens da intervenção. Foram mencionadas mudanças em suas práticas educativas cotidianas, sobretudo aquelas relacionadas à comunicação assertiva e à resolução de conflitos com os acolhidos e com os colegas. Portanto, os resultados dessa pesquisa apontam mudanças significativas nas práticas educativas dos educadores sociais assim como nas estratégias de comunicação assertiva, de resolução de conflitos e na regulação emocional no grupo que recebeu a intervenção.

No estudo de Ito e Azevedo (2021), foi realizada uma revisão sistemática das pesquisas empíricas sobre educadores sociais em acolhimentos institucionais para crianças e adolescentes. Os resultados apontam que os educadores estabelecem vínculos com as crianças

e os adolescentes, e, ao mesmo tempo, precisam utilizar estratégias para o manejo das suas emoções. Questões como baixa remuneração financeira e falta de qualificação contribuem negativamente para a qualidade do cuidado oferecido pelos educadores sociais. A análise indicou que há necessidade de investimentos na formação inicial e na capacitação continuada dos educadores, assim como na oferta de serviços de assistência psicológica e psiquiátrica para os mesmos quando necessário. Portanto, trabalhar com crianças e adolescentes em instituições de acolhimento pode ser desafiador sem o devido preparo, podendo acarretar prejuízos à saúde física e mental do educador, bem como às suas práticas educativas com os acolhidos.

De acordo com Cavalcante e Corrêa (2012), a maioria dos profissionais que trabalham nestas instituições é mulher, revelando que a atividade de cuidado e ensino na sociedade atual ainda está relacionada exclusivamente ao papel feminino. Segundo os autores, as atividades diárias do educador são cansativas e há desgaste emocional, uma vez que são os responsáveis por todas as atividades das crianças e dos adolescentes, como levar na escola, fazer as tarefas, ajudar no banho, levar ao médico, entre outras. Portanto, vários são os desafios desta complexa ocupação, como ter de resolver conflitos e lidar com problemas organizacionais sem receber o devido reconhecimento, situações geradoras da sensação de inutilidade e de fracasso. Considerando os aspectos apresentados, o objetivo deste estudo é conhecer os desafios atuais de ser educador social em acolhimento institucional.

MÉTODO

DELINEAMENTO E PARTICIPANTES

Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo descritiva e exploratória. Segundo Minayo (2017), a pesquisa qualitativa contempla os fenômenos em sua intensidade, singularidade e significados. A finalidade desse tipo de pesquisa volta-se ao estudo das representações, das relações, das crenças, das opiniões e das percepções, representando os resultados das interpretações que os sujeitos constroem a respeito da reprodução e da produção de suas vidas. Para Gil (2017), as pesquisas descritivas e exploratórias visam proporcionar maior familiaridade com o tema, com o problema.

O foco desta investigação foram os profissionais que trabalham como educadores sociais em instituições de acolhimento no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Participaram da pesquisa nove profissionais de diferentes regiões do estado, da região metropolitana, região central, interior da região central e a da região sul do estado. A participação desses

profissionais foi importante para a investigação e a avaliação das demandas, e ocorreu a partir do relato dos profissionais educadores sociais com experiência de atuação com crianças/adolescentes acolhidos. O critério de inclusão da amostra para os educadores sociais consistiu em ter experiência de no mínimo um ano no trabalho com crianças e adolescentes acolhidos. Não houve critérios de exclusão. Os participantes da pesquisa tinham entre 23 e 60 anos de idade, a maioria com ensino superior completo e do sexo feminino. Dos nove participantes, havia apenas um do sexo masculino. Entre os entrevistados, dois eram solteiros, quatro casados e três eram separados. Além disso, sete entrevistados possuíam filhos. Com relação ao tempo de serviço prestado, os participantes tinham entre dois e sete anos de profissão de educador social.

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Foi utilizado neste estudo um roteiro de entrevista semiestruturada (APÊNDICE A), que, além de favorecer a descrição dos fenômenos sociais, também contribui para a explicação e a compreensão de sua totalidade. Portanto, ela tem como característica incluir questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos resultam em novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador (TRIVIÑOS, 1987).

O roteiro de entrevista semiestruturada tratou sobre a rotina do cuidado no acolhimento, os desafios enfrentados e as demandas atuais. Portanto, o roteiro de entrevista foi organizado em um tópico-guia, de forma a guiar o entrevistado, possibilitando um ambiente agradável, confortável e seguro. As entrevistas foram previamente agendadas pela pesquisadora responsável e ocorreram de forma presencial e *on-line*, por meio da plataforma do Google Meet, de forma a preservar a privacidade dos entrevistados. As entrevistas presenciais ocorreram nos locais de trabalho dos entrevistados. O horário foi definido conforme a preferência dos mesmos. Durante as entrevistas, com a permissão dos participantes, utilizou-se um gravador de áudio e, após serem gravadas, as entrevistas foram transcritas para melhor visualização das informações e formação das categorias para análise qualitativa dos dados.

PROCEDIMENTOS E CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

O estudo foi submetido ao Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Maria e seguiu as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa envolvendo Seres Humanos — Resolução 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Após a aprovação do estudo, os educadores sociais foram convidados pelas redes sociais do grupo de pesquisa NAPS (Núcleo de ações e Pesquisas em Saúde) da Universidade Federal de Santa Maria, do qual a pesquisadora faz parte. O contato com os participantes também foi realizado por meio da distribuição de convite *on-line* às instituições de acolhimento e às equipes técnicas desses acolhimentos, do estado do Rio Grande do Sul, sendo este de caráter voluntário e confidencial. Os educadores sociais que então demonstraram interesse em participar da pesquisa entraram em contato pelo telefone, via WhatsApp, com a pesquisadora para agendar as entrevistas. Aqueles que aceitaram participar foram apresentados à pesquisa quanto aos objetivos, métodos e procedimentos a serem realizados, bem como aos riscos e os benefícios de sua participação. Da mesma forma, os participantes foram informados quanto à voluntariedade da participação na pesquisa e à possibilidade de se desvincularem a qualquer momento, caso se sentissem prejudicados. As entrevistas foram realizadas presencialmente e por meio da plataforma digital do Google Meet, no período de agosto a outubro de 2022. Em decorrência da pandemia de Covid-19, todos os protocolos de prevenção de contágio foram atendidos nas entrevistas realizadas presencialmente, como uso de máscara, uso de álcool em gel, distanciamento e uso de sala arejada. As entrevistas foram gravadas e transcritas com o consentimento de todos os participantes que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO A). Este foi entregue em duas vias, lido e explicado antes do início da entrevista. Os participantes tiveram seus direitos garantidos, como sigilo e confidencialidade dos dados obtidos na pesquisa, que foram divulgados de forma anônima neste trabalho. A amostra ocorreu por conveniência.

Considerou-se o estudo como sendo de risco mínimo, uma vez que tratava de aspectos da profissão de rotina, não aprofundando a experiência do sujeito. Ainda que alguns relatos possam sinalizar fragilidades dos educadores, a expressão pela via da linguagem e a escuta atenta podem ter tido efeitos positivos no bem-estar dos mesmos. Ainda assim, se houvesse solicitação de ajuda após a realização da entrevista, os participantes poderiam ser ouvidos pelos pesquisadores responsáveis pelo estudo e poderiam ser acolhidos na clínica escola da UFSM ou encaminhados a outros serviços de saúde mental

públicos. No caso de dano ou prejuízo psíquico, os participantes poderiam ser indenizados. Porém, nenhum dos participantes pediu acolhimento após a participação no estudo.

ANÁLISE DOS DADOS

As entrevistas com os educadores sociais tiveram como método de análise aquela proposta pela Análise de Conteúdo de Bardin (1979). Esta análise se refere a um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indícios que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção destas mensagens. A análise está focada nos aspectos desafiadores que surgem no cuidado de crianças acolhidas.

Assim, para a análise dos dados, foi realizada uma análise individual e detalhada de cada entrevista através da transcrição e da leitura atenta das entrevistas; foram percebidas as falas mais significativas, seja por sua repetição, por sua carga emocional ou pelo grau de congruência ou contradição das narrativas. A partir disso, foi realizado o recorte de informações comuns encontradas no conteúdo das falas transcritas, o que permitiu a formação das categorias referentes ao tema da pesquisa para a análise de dados. Assim, três categorias foram criadas e serão apresentadas a seguir. A primeira categoria construída foi chamada de "Perfil das crianças e adolescentes acolhidos". Esta categoria incluiu os dados mencionados sobre o conhecimento prévio que os educadores tinham sobre a complexidade das situações vivenciadas pelas crianças e adolescentes no acolhimento. A segunda categoria foi nomeada "A falta de capacitação para trabalhar como educador social em instituições de acolhimento". Esta categoria incluiu os dados que sinalizam a percepção de despreparo dos educadores para o desempenho do trabalho e a falta de capacitações para o trabalho como educador social em instituições de acolhimento. Por fim, a terceira categoria foi chamada de "Precariedade das condições de trabalho do educador social", que aborda os sentimentos deles com relação à remuneração, à falta de recursos financeiros das instituições e à falta de mais profissionais, o que acaba sobrecarregando o trabalho dos educadores de plantão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados serão apresentados a seguir, de acordo com as categorias. Os participantes foram identificados com a letra E, da palavra Educador, e numerados de acordo com a ordem de realização das entrevistas.

O PERFIL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ACOLHIDOS

Esta categoria incluiu dados sobre o desconhecimento dos educadores sobre o perfil das crianças e dos adolescentes afastados da família, incluindo o desconhecimento sobre a história de vida, sobre os efeitos da violência vivida pelos jovens e sobre as fragilidades na saúde mental desse grupo. Nesse sentido, foi notório o impacto da falta de conhecimento sobre a realidade do trabalho do educador social quanto aos desafios de suas práticas ao lidarem com crianças e adolescentes que vieram de diferentes situações e contextos, e estão expressas nas falas a seguir:

É bem difícil, porque até quando a gente entra, pra mim pelo menos foi falado, ah isso é um trabalho né, tu não pode te apegar... aquele serzinho ali com dois, três anos já passou por tanta coisa né. Não tem como tu não sofrer junto... É bem complicado. Aii é, muito doloroso. (E2, informação verbal)².

Logo que a gente entra é bem complicado, a gente chega aqui, no caso, faz um concurso e, quando se fala em trabalhar numa casa de acolhimento, tu pensa que vai ser difícil, por saber que são crianças que vêm de famílias desestruturadas, né! Mas não sabe tão difícil quanto é, a gente não imagina chegar aqui e ter que enfrentar, tu vê crianças que foram abusadas e aí elas começam a reproduzir aqui dentro o que elas passaram porque é o que elas tinham por realidade. É bem complicado, até conseguir te situar da situação, a gente se apavora. (E3, informação verbal)³.

Lida com as frustrações deles, a gente que não... não tem uma experiência com isso né, às vezes é bem difícil, receber eles, o dia que eles chegam aqui a primeira vez é, eles chegam inseguros, com medo e a gente também fica inseguro com medo, aí às vezes a gente não sabe como, como reagi, como eles vão reagir... (E4, informação verbal)⁴.

Eu acho que é uma coisa que é um trabalho que tinha que ser mais esclarecido, pra gente entender mais, né... Porque as crianças tão ali pra ser educadas pelos educadores... Pra mim, a primeira vez que eu comecei com eles mesmo, que eu nunca tinha trabalhado na instituição, foi difícil... eu pegava e dizia não, não é pra mim esse trabalho. (E5, informação verbal)⁵.

Quando o educador social inicia suas atividades de trabalho na instituição de acolhimento, ele se depara com diferentes realidades do público acolhido. Nesse sentido, para as autoras Gabatz, Schwartz e Milbrath (2019), a institucionalização expõe diversas mazelas sociais. A negligência nos cuidados de alimentação, higiene, carinho e a violência física e

² Fala de educador social (educador 2) em entrevista à pesquisadora em 2022.

³ Fala de educador social (educador 3) em entrevista à pesquisadora em 2022.

⁴ Fala de educador social (educador 4) em entrevista à pesquisadora em 2022.

⁵ Fala de educador social (educador 5) em entrevista à pesquisadora em 2022.

emocional sofrida pela criança e pelo adolescente na sua família trazem sofrimento para os educadores, tornando o desempenho do trabalho difícil, em especial nas primeiras vivências e naquelas em que os sinais de maus-tratos são mais evidentes. No acolhimento, estão crianças e adolescentes que sofreram abandono, foram vítimas de violência física, emocional e sexual e/ou passaram por situações de negligência e privação dos cuidados básicos, como alimentação, higiene e afeto. Com isso, esses profissionais precisam lidar com tais questões que afligem seu emocional, principalmente pelo seu desconhecimento quanto à complexidade desse contexto. Ainda segundo as autoras, é difícil para os educadores lidar com essas situações, pois, apesar de reconhecerem a necessidade de não estigmatizar as famílias das crianças acolhidas, que vivem em ciclos geracionais de violência, eles se revoltam diante da condição apresentada por algumas crianças, exteriorizando seus sentimentos de tristeza e revolta. Assim, esses profissionais sabem que precisam fornecer apoio emocional aos institucionalizados; porém, sentem-se limitados porque não se encontram preparados. A informação de que faltaria esclarecimento sobre a complexidade do trabalho do educador social sinaliza que não se deve minimizar essa percepção do desconhecido e que se deve redobrar as informações antes da contratação.

Os educadores sinalizaram que não estavam certos sobre os efeitos das violências vivenciadas pelas crianças e pelos adolescentes da instituição de acolhimento. Quando são retirados de suas famílias, muitos já vivenciaram ou passaram por situações de violência, fato que pode ocasionar a perpetuação da mesma. Dessa forma, as falas a seguir demonstram que, muitas vezes, acontece, dentro da instituição, a reprodução dessas violências:

Como eles vêm de muitas vivências já de casa, a gente já foi ameaçado (risos) de morte. [...] por eles já ter sofrido abuso ou algo assim, acabam demonstrando um jeito, muitos sentem falta, muitos travam e outros se tornam abusadores. (E2, informação verbal).

Eles já viram muitas coisas e eles reproduzem o que eles viram... menino também que deixou a gente muito abalada, ele tinha seis anos e ele, e a mãe dele fazia programa na frente dele e das irmãs e aí para ele aquilo era normal. Então a gente não podia deixar ele sozinho... ele ficava o tempo inteiro querendo ter relações sexuais com eles, ele no caso tirava a roupa do menino, ele mandava chupar no tiquinho.... Então uma coisa assim, que abala muito a gente. (E3, informação verbal).

Ele era bastante agressivo, inclusive com as demais crianças e com os educadores... ele causava um pouco de medo assim... [...] às vezes, a conversa da criança, ela é violenta, né! Ela tá surtando, enfim, porque ela não sabe que existe outra forma, porque o ambiente da onde ela vem era assim, né? Então, pra ela isso é normal... (E4, informação verbal).

Eles já brigavam, já se batiam, era uma briga feia, assim, briga violenta, então era uma situação bem difícil pra mim. Então precisa acionar, acionar serviço, né! [...] A Guarda Municipal, brigada. Então, isso aí já é uma situação difícil... (E7, informação verbal)⁶.

Bem mais, dificuldade assim pela questão da violência... quando abriu a casa então tinha muita, muita violência, eles destruíram a casa toda, quebraram tudo... (E9, informação verbal)⁷.

A partir dos resultados apresentados, foi possível evidenciar a perpetuação das violências sofridas pelos acolhidos dentro da instituição. Atualmente, a violência contra crianças e adolescentes é reconhecida internacionalmente como um grave problema de Saúde Pública e de Direitos Humanos, reconhecido pela Organização Mundial de Saúde (OMS). A violência constitui todas as formas de abuso ou maus-tratos — físico, sexual e/ou emocional —, negligência e exploração que resultem em danos reais ou potenciais para a saúde, a sobrevivência, o desenvolvimento ou a dignidade da criança ou adolescente no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder (KRUG *et al.*, 2002). Segundo Minayo (2003), há na sociedade uma cultura da violência na qual muitos pais ainda educam seus filhos através da punição, de castigos e de violência. Assim, as várias expressões do fenômeno da violência integram uma rede que envolve a violência estrutural (oriunda do sistema social), assim como a violência interpessoal (doméstica, trabalho, amigos), atravessando camadas sociais, podendo transformar vítimas em agressores, como observado nos relatos dos participantes. Portanto, a violência traz impactos devastadores na saúde, no bem-estar e no desenvolvimento das crianças e adolescentes, podendo deixar sequelas que afetam diretamente suas vidas (CHIANG *et al.*, 2016).

Outro aspecto ressaltado pelos educadores está relacionado ao fato de que é comum que os jovens possuam fragilidades em termos de saúde mental, sendo um desafio extra no cuidado; os educadores salientam que frequentemente recebem crianças e adolescentes com a saúde mental fragilizada, com transtorno mental, deficiência intelectual, autismo, ansiedade, depressão e até mesmo tentativas de suicídio. Eles relatam as dificuldades para lidar com esse público, principalmente em situações de crise/surtos, e o quanto isso impacta na sua saúde mental, como exemplificam as falas a seguir:

Ele tem surtos psicológicos... Eles embrabecem, se avançam, chegam com uma força descomunal, então tu deve lidar até com a loucura... (E2, informação verbal).

⁶ Fala de educador social (educador 7) em entrevista à pesquisadora em 2022.

⁷ Fala de educador social (educador 9) em entrevista à pesquisadora em 2022.

Tem criança surtando, com perfil muito depressivo, que se corta, que quer, que quer tirar sua própria vida... (E6, informação verbal)⁸.

Ela teve um surto assim psicológico...Eu lembro que o surto dela foi horrível né! Ela tentou pegar a faca ahmm pra se colocar, arrancou os cabelos da cabeça. (E7, informação verbal).

Ela tentou se matar e ela se corto, corto, corto, corto, corto... ela se cortava todos os dias, dia, noite, dia, noite, dia, noite, sabe! [...] um menino que, que é hiperativo, a gente com uma autista, a gente trabalha com pessoas drogadas, com prostitutas, com vários tipos de problemas mentais. (E8, informação verbal)⁹.

Porque a gente se cansa também se fadiga assim emocionalmente também é bastante cansativo né! Aqui às vezes tem casos assim muuuuuuu complicado, sabe... [...] eeee foi bem complicado stress, aí eu entrei em processo de pós-traumático e tive que me afastar... (E9, informação verbal).

Nesse sentido, para Dias (2013), os efeitos das vivências adversas aparecem em curto prazo e em longo prazo. Em curto prazo, aspectos negativos, como sentimentos de raiva, vergonha, medo, culpa, sintomas fóbico-ansiosos, sintomas de depressão, isolamento social e sentimentos de estagnação predominam nas experiências atuais desses jovens. A longo prazo, os efeitos podem ocorrer com aumento significativo na incidência de transtornos psiquiátricos, bem como ideação suicida, fobias agudas, intensos níveis de ansiedade, medo, depressão, raiva, hostilidade, pensamento ilógico, imagens distorcidas do mundo e dificuldade de perceber a realidade, redução na compreensão de papéis complexos e dificuldade para resolver problemas interpessoais. Portanto, os jovens que estão dentro da instituição tendem a ter tais comportamentos e até mesmo a reproduzir o que sofreram, devido à exposição que tiveram em sua vivência familiar antes de chegarem no acolhimento.

As autoras Calcing e Benetti (2014) apontam em sua pesquisa que é frequente a presença de transtornos emocionais em crianças e adolescentes institucionalizados. Estes, muitas vezes, além de vivenciarem o acolhimento como uma situação estressante, carregam consigo uma bagagem de maus-tratos, negligência e vivências anteriores potencialmente traumáticas, o que pode impactar negativamente na saúde mental, acarretando transtornos psicológicos e em questões de ordem emocional e comportamental. Embora as casas de acolhimento sejam um ambiente organizado e com atividades definidas, é importante que a equipe técnica esteja preparada para acolher cada criança e adolescente de forma individualizada, oferecendo atendimento especializado em saúde mental para identificar as necessidades de cada um e planejar a intervenção psicossocial necessária.

⁸ Fala de educador social (educador 6) em entrevista à pesquisadora em 2022.

⁹ Fala de educador social (educador 8) em entrevista à pesquisadora em 2022.

Assim, a saúde mental das crianças e dos adolescentes que estão em casas de acolhimento é uma questão importante e requer atenção especial dos educadores sociais que trabalham com eles. É importante que os profissionais estejam preparados para reconhecer sinais de problemas de saúde mental, para que possam fornecer apoio emocional e psicológico adequado e promover atividades que visem ao bem-estar e à saúde mental dos acolhidos. Porém, a partir dos relatos dos educadores sociais, percebe-se que há uma carência quanto a treinamentos ou preparações específicas que abordem a temática da saúde mental de crianças e adolescentes que estão na instituição de acolhimento, o que pode gerar nos educadores sentimentos de impotência, medo e insegurança. Para Gawski *et al.* (2022), a assistência à saúde mental na infância e na adolescência ainda é insuficiente e requer um preparo para superação das dificuldades enfrentadas no manejo das demandas de saúde mental. Nesse sentido, há carência de infraestrutura e capacitação dos profissionais que lidam diariamente com essa demanda, fazendo com que eles se sintam despreparados e com medo de realizar ações de saúde mental, além da frustração e da impotência, gerando obstáculos ao cuidado das crianças e dos adolescentes com sofrimento psíquico.

A FALTA DE CAPACITAÇÃO PARA O TRABALHO COMO EDUCADOR SOCIAL EM INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO

Esta categoria incluiu os dados que sinalizam a percepção de despreparo dos educadores para o desempenho do trabalho e a falta de capacitações para o trabalho como educador social em instituições de acolhimento. Os educadores sinalizaram o quanto sentiam-se despreparados. Ficam nítidas as discrepâncias entre o trabalho prescrito e o trabalho real e como isso atravessa estes profissionais. As falas a seguir elucidam essa situação:

[...] para quem inicia é muito importante um curso de capacitação, porque a gente chega aqui totalmente crua, sabe? Então, a primeira coisa que tu faz é pirar, é ficar doida assim de ver as agressões que eles sofrem... então são situações muito graves que tu tem que enfrentar... (E3, informação verbal).

[...] a gente tem que se desdobrar, porque não temos treinamento, porque a gente chega aqui sem saber pra que lado tu vai, né. Eles te largam aqui dentro (risos) e te vira né... Eu acho que se tivesse algo pelo menos ali quando tu entra né, te explicar, pode acontecer isso, pode acontecer aquilo, aah tu tem que agir dessa forma, vai ser melhor se tu fizer assim... (E5, informação verbal).

[...] seria bem mais fácil se tivesse um, uma, uma ajuda, um incentivo, uma capacitação de vez em quando pra gente se prepara melhor, porque, como eu disse, quando eu vim trabalhar aqui, eu não sabia o que tava me esperando, então se tivesse

tido algum tipo de ajuda seria bem melhor, alguma orientação... (E4, informação verbal).

Educador social infelizmente não tem nenhuma formação... Então acho que tu tem que ter uma minipreparação de que tu vai enfrentar lá dentro... (E7, informação verbal).

O estudo de Penna *et al.* (2021) corrobora essa ideia, uma vez que encontrou a percepção dos educadores sociais quanto à necessidade de que sejam estabelecidas as competências e as habilidades para o seu processo de trabalho. Esses profissionais tendem a ser vistos como sujeitos ativos na ação de um educar não formal, com responsabilidades para além da rotina nas instituições. Eles exercem a educação não formal no espaço de acolhimento institucional, pautada no saber fazer, mesmo que, por vezes, não tenham obtido uma qualificação formal para o desempenho de sua práxis. O educador social desempenha no acolhimento um papel de agente de transformação, o que reforça a necessidade de estar melhor capacitado para o exercício de suas funções. Dessa forma, a importância de ter uma formação ao ingressar na instituição, bem como ter formação continuada, é uma ferramenta indispensável para a qualidade do cuidado subjetivo prestado a essas crianças e adolescentes nas instituições de acolhimento.

Essa preparação dos profissionais ao ingressarem deveria ocorrer em todas as instituições de acolhimento. De acordo com as Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2009), trabalhar no contexto do acolhimento é uma tarefa complexa que necessita de uma equipe com conhecimento teórico e técnico apropriados, ou seja, profissionais capazes de lidar com as demandas dos acolhidos. Por tanto, é relevante que seja oferecida uma capacitação inicial de qualidade com o apoio e a parceria de profissionais que possuam conhecimento reconhecido no assunto, pois essa torna-se essencial para promover qualidade no atendimento prestado aos acolhidos.

Nesse sentido, com relação às capacitações ofertadas pelas instituições de acolhimento, apenas dois participantes relataram a oferta de cursos de capacitação com mais frequência, sendo eles ofertados de forma gratuita e alguns *on-line*. Porém, sentiam a necessidade de ter uma formação mais padronizada e formalizada desde seu ingresso na instituição como educador, como também de informações que não fossem "vazias", ou seja, que de fato estivessem alinhadas às necessidades dos educadores, como mostram as falas:

Então tem formação sim... nada prescrito, não tem nenhuma orientação. Tinha que ter alguma formação até em nível municipal assim, quem é faz a formação pra entrar, um curso não sei... e currículos, né! Mas acho que tem que ter uma minipreparação de que

tu vai começar a enfrentar lá dentro sabe... e não cair de paraquedas... (E7, informação verbal).

As instituições acabam fazendo formações e a gente acaba participando, sempre, sempre que possível. Nem sempre é, eu consigo tirar proveito dessas, dessas palestras, às vezes eu acho que, que não é uma coisa muito real... são informação vazia infelizmente, né... eu acho que o, nós, como educadores, a gente tem que ter uma linguagem, hã, mais padronizada com as crianças, né... (E6, informação verbal).

Com relação a essa formalização e padronização das capacitações para os educadores sociais, existe um projeto de Lei, o PLS 328/2019, que reforça a necessidade de formação superior para atuação nesta área, porém ainda existe um extenso caminho a ser percorrido (PENNA *et al.*, 2021). Para Bernardes e Marin (2019), é fundamental que se tenha um olhar cuidadoso para o acolhimento institucional, principalmente no que se refere à qualidade da atenção prestada pelos educadores sociais. Em seus estudos, os autores observaram que existe pouca preparação para esses profissionais, o que sinaliza a importância de ações voltadas para este aspecto. É necessário pensar em possíveis formas de aperfeiçoamento das políticas públicas nos serviços de acolhimento, principalmente no sentido de oferecer a formação necessária para esses profissionais atuarem no contexto do acolhimento. Portanto, devido à complexidade das questões que envolvem o acolhimento, faz-se necessário profissionais bem qualificados e melhor preparados para promover um cuidado de qualidade aos acolhidos. Portanto, para o educador exercer suas atividades, torna-se fundamental o preparo do mesmo antes de ingressar na instituição (GABATZ; SCHUWARTZ; MILBRATH, 2019).

PRECARIEDADE DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Essa categoria incluiu os dados sobre aspectos mencionados pelos participantes que precarizam a função do educador. A falta de recursos para o pleno funcionamento da instituição de acolhimento, a má remuneração, a falta de profissionais, que acaba sobrecarregando os que estão no plantão, a alta rotatividade entre os funcionários, bem como a questão das relações pessoais entre os funcionários, são fatores que podem gerar uma sobrecarga nestes profissionais e impactar a qualidade dos serviços prestados aos acolhidos, como demonstram as seguintes falas:

Porque sempre tá faltando recurso, né! Uma instituição que recebe um valor pequeno da prefeitura. Então hã esse valor ele não paga por n funcionários. Então muito, muitas das instituições, as que eu participo, elas dependem de doações, as doações às vezes elas vão bem de forma financeira, de forma de mantimento, enfim. E, enfim, é, é, é uma sobrevivência, não, não dá pra contratar, pra aumentar o quadro dos funcionários,

mas o ideal seria que tivesse mais educadores pra se ter mais qualidade com as crianças né! (E6, informação verbal).

Tinha muita rotatividade... então, o abrigo tal paga tanto, casa lar paga tanto ahm mas mesmo assim, pra toda essa complexidade é pouco, né! Pelo que tu faz... mas aí não ganha o que é pedido naquela profissão, então, quando surge uma oportunidade que ganha mais, tu acaba saindo, mesmo que ame trabalhar lá dentro... Então tá escasso... não é fácil trabalhar nisso... (E7, informação verbal).

Eles tão nos repassando metade da folha haaaa estamos tratando que até o final do ano eles nos pagarem toda a folha... a gente vive de doações éee com a ajuda da comunidade sabe... (E9, informação verbal).

É muito difícil, o trabalho de educador, é difícil... eu não tive a parceria das colegas só cheguei... éee muita fofoca sabe dos das colegas. Não te sente muito. Tu fala uma coisa e fazem, falam outra que às vezes não é... (E5, informação verbal).

[...] o trabalho em equipe é queeee... às vezes eu acho que existem mais problemas entre os funcionários, entre as equipes do que até mesmo com as crianças sabe... eu notei isso nas duas instituições... porque todas as casas têm bastante dificuldade nessa questão das relações pessoais entre os servidores, entre os educadores sabe, dificulta bastante o trabalho, eu acho, eu acho que assim o ponto mais difícil. (E9, informação verbal).

As falas dos educadores com relação à precariedade das condições de trabalho vão ao encontro dos achados na literatura. Assim, um fator que traz uma grande preocupação para a maioria das instituições de acolhimento é a sobrecarga de trabalho, pois os funcionários contratados para prestar o cuidado à criança e ao adolescente acolhidos nem sempre são o suficiente para o número de educandos institucionalizados, o que pode comprometer o cuidado por eles prestado (BRASIL, 2009). Para Silva *et al.* (2015), às demandas por acolhimento são sempre maiores que as vagas ofertadas nestes serviços, o que acarreta excesso de trabalho e faz com que o atendimento seja ineficaz, dificultando a assistência de qualidade. Sendo assim, a sobrecarga de trabalho nas instituições de acolhimento é um forte impeditivo para a boa realização das tarefas de cuidado, sendo essa uma realidade dos acolhimentos. De modo geral, o baixo investimento dos gestores dos equipamentos da assistência social para a contratação de funcionários e na melhoria dos salários é um fator que contribui para a maior rotatividade desses profissionais.

Nesse sentido, para Ito e Azevêdo (2021), existem impasses referentes ao desenvolvimento da atuação dos educadores sociais, tais como ausência ou dificuldade do trabalho em equipe de trabalho; sobrecarga de atividades; pouca valorização dos educadores por parte do empregador; falta de motivação para desempenhar as atividades; estrutura física não adequada, com móveis antigos e estragados; material insuficiente para desenvolver atividades, pois muitos dependem de doações; e lentidão para solução de determinados casos.

Estes aspectos representaram obstáculos no processo emancipatório dos acolhidos e mostraram o descontentamento desses profissionais para atuar na instituição.

Porém, apesar de todos esses desafios que os educadores sociais enfrentam em sua rotina na instituição, a grande maioria relatou que é muito gratificante o trabalho que fazem. Eles mencionaram que recebem constantemente demonstrações de carinho, afeto e gratidão das crianças e dos adolescentes que ali estão. Esses sentimentos observados através das falas nas entrevistas, como frustração, medo e insegurança, por vezes são acolhidos com essas manifestações afetuosas dos acolhidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve o objetivo de conhecer os desafios atuais de ser educador social em instituições de acolhimento para crianças e adolescentes. Os educadores sociais que prestam serviço nas instituições de acolhimento para crianças e adolescentes precisam lidar diariamente com inúmeros desafios referentes à sua práxis, pois essas instituições expõem diversas mazelas sociais, como o abandono, a negligência, a violência física, emocional e sexual. Verificou-se que os profissionais valorizam o trabalho na instituição, porém ressaltam que são inúmeros os desafios para o exercício do cuidado com os acolhidos. Foi possível perceber que o desconhecimento sobre as situações que as crianças e os adolescentes do acolhimento enfrentavam em suas famílias traz impactos significativos no emocional desses educadores. Para eles, é difícil lidar com o sofrimento dos acolhidos devido às experiências traumáticas que estes sofreram, o que gera um sentimento de angústia, revolta e tristeza. Os educadores sociais precisam lidar com essas questões que afligem seu emocional constantemente, principalmente quando ingressam na instituição sem conhecimento específico sobre esse contexto.

Outro aspecto desafiador para os educadores é a questão da perpetuação da violência dentro da instituição. Foi possível perceber que é comum os acolhidos reproduzirem suas vivências anteriores ao acolhimento, como a violência física e sexual, confirmando dados científicos bem estabelecidos sobre a transgeracionalidade da violência (WANG, 2022). Portanto, essa profissão exige preparo com capacitação permanente e suporte psicológico (GABATZ; SCHUWARTZ; MILBRATH, 2019). As instituições de acolhimento normalmente trabalham com capacidade para até 20 crianças/adolescentes, e os cuidadores devem lidar com as fragilidades emocionais dos acolhidos. Nesse sentido, as capacitações para os educadores tornam-se primordiais para a qualidade dos serviços prestados a esse público e para melhor

compreensão de sua práxis. Os educadores salientam o quanto são escassos os cursos de capacitação e o quanto seria importante a promoção de capacitação de forma permanente. Dessa forma, eles sentiriam maior segurança para lidar com as questões que envolvem esse universo, que é desafiador.

Portanto, as considerações advindas deste estudo contribuíram para a melhor compreensão das dificuldades e dos desafios enfrentados pelo educador social no contexto do acolhimento institucional, bem como para a compreensão do impacto deste sobre eles. Acredita-se que este estudo não se esgota, pois, no contexto das instituições de acolhimento, existem diversas lacunas a serem trabalhadas e discutidas para auxiliar no desenvolvimento do público acolhido, assim como auxiliar os profissionais que trabalham nesses espaços. Assim, as informações contidas neste estudo podem contribuir para fomentar ações e futuras intervenções, além de políticas públicas e práticas preventivas para a promoção da saúde dos acolhidos e dos profissionais educadores sociais que trabalham no contexto do acolhimento.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, R. M. L. *et al.* Avaliação dos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Recife. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 23, n. 2, p. 529–542, 2018.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/MZzcQygNtk53Wfb4ZHnPSVp/citation/?lang=pt&format=pdf>.

Acesso em: 05 jan. 2023.

AZAMBUJA, G. *et al.* A infância na concepção dos educadores sociais que trabalham em instituições de acolhimento em Ponta Grossa. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, v. 19, n. 1, p. 35–52, 2016. Disponível em:

<https://www.revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/12180/209209210655>.

Acesso em: 08 jul. de 22.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BASSOLI, E.; FIGUEIREDO, V. C. Desafios do trabalho de educadoras sociais em casas de acolhimento. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. esp. 3, p. 2396–2410, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14448/9978>. Acesso em: 14 jan.

2023.

BERNARDES, J. W.; MARIN, A. H. Intervenção com educadores sociais em contexto de apoio institucional: relato de experiência. **Revista da SPAGESP**, [s.l.], v. 20, n. 2. p.

117–130, 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7213758>.

Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. **Lei federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, Presidência da República, 13 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 16 dez. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas:** serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/orientacoes_tecnicas_final.pdf. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Resolução nº 9, de 15 de abril de 2014. Ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, em consonância com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 abr. 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2014/cnas-2014-009-15-04-2014.pdf/download>. Acesso em: 10 fev. 2023.

CALCING, J.; BENETTI, S. P. C. Caracterização da saúde mental em crianças e adolescentes em acolhimento institucional. **Psico**, [s.l.], v. 45, n. 4, p. 559–567, 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6678121>. Acesso em: 23 jan. 2023.

CAVALCANTE, L. I. C.; CORRÊA, L. S. Perfil e trajetória de educadores em instituição de acolhimento infantil. **Cadernos de pesquisa**, [s.l.], v. 42, n. 146, p. 494–517, 2012. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/v42n146/v42n146a10.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2023.

CAVALCANTE, L. I. C. *et al.* **Acolhimento institucional de crianças e adolescentes:** teorias e evidências científicas para boas práticas. Curitiba: Juruá, 2018.

CHIANG, L. F. *et al.* Violence Against Children Surveys (VACS): towards a global surveillance system. **Injury Prevention**, [s.l.], v. 22, n. 1, p. i17-i22, 2016. Disponível em: https://injuryprevention.bmj.com/content/injuryprev/22/Suppl_1/i17.full.pdf. Acesso em: 02 fev. 2023.

CONANDA/CNAS. **Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes.** Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Conselho Nacional de Assistência Social, Brasília, DF, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento. **SNA detalha estatísticas da adoção e do acolhimento no Brasil.** Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/estatisticas-da-adoacao-e-do-acolhimento-no-brasil-sna/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

COUTO, B.; RIZZINI, I. **Acolhimento institucional no Brasil:** diálogos com a prática. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2021.

DIAS, D. A violência intrafamiliar infantil e suas consequências. **Portal comporte-se.** [S.l.], 2013. Disponível em:

<https://comportese.com/2013/11/20/a-violencia-intrafamiliar-infantil-e-suas-consequencias/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

GABATZ, R. I. B.; SCHWARTZ, E.; MILBRAYH, V. M. Vivências do cuidador institucional no acolhimento infantil. **Escola Anna Nery**, [s.l.], v. 2, n. 23, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/nHL5G4YgkmdFg75PRcnJVMx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 jan. 2023.

GAWSKI, A. *et al.* Saúde mental da criança e adolescente na atenção básica: revisão integrativa da literatura/Mental health of children and adolescents in primary care: integrative. **Brazilian Journal of Development**, [s.l.], v. 8, n. 4, p. 32421–32445, 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/47284>. Acesso em: 24 jan. 2023.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo, Editora: Atlas, 2017.

GUERRA, L.; PRETTE, Z. Habilidades sociais educativas de cuidadores de crianças institucionalizadas. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 70, n. 3, p. 98–112, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arb/v70n3/08.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2022.

ITO, S. I.; AZEVÊDO, A. Educadores sociais em abrigos destinados a crianças e adolescentes: revisão sistemática. **Contextos Clínicos**, São Leopoldo, v. 14, n. 1, p. 276–303, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://revistas.unisinus.br/index.php/contextosclinicos/article/view/21282/60748610>. Acesso em: 22 jan. 2023.

KRUG, E. G. *et al.* (ed.) **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Geneva: World Health Organization, 2002.

MINAYO, M. C. S. A violência dramatiza causas. In: MINAYO, M.C.S.; SOUZA, E. R. (org.). **Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira**. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2003. p. 23–47.

MINAYO, M. C. S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa. **Revista de pesquisa qualitativa**, São Paulo, v. 5, n. 7, p. 01-12, abr. 2017. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/82/59>. Acesso em: 04 jan. 2023.

PENNA, L. H. G. *et al.* O profissional educador social no cotidiano de adolescentes de unidade de acolhimento: uma revisão integrativa. **Investigação, Sociedade e Desenvolvimento**, [s.l.], v. 10, n. 17, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/24690>. Acesso em: 30 jan. 2023.

SILVA, C. D. L. *et al.* A Psicologia nos serviços de acolhimento institucional e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 10, n. 1, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v10n1/05.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

SOUZA, F. H. O.; ALTOÉ, S.; PACHECO, L. F. Ateliê lúdico e expressivo: considerações sobre o brincar com crianças acolhidas. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, [s.l.], v. 21, n. 4,

p. 1313–1329, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4518/451873480003/451873480003.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2023.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNICEF. **UNI: Relatório anual do Unicef Brasil**. [S.l.], ano 14, n. 39, mar. 2018. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/sites/unicef.org.brazil/files/2019-03/UNI39_RA2017.pdf. Acesso em: 08 maio 2023.

WANG, X. Intergenerational effects of childhood maltreatment: The roles of parents' emotion regulation and mentalization. **Child Abuse & Neglect**, [s.l.], v. 128, p. 104940, jun. 2002. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0145213421000132>. Acesso em: 10 jan. 2023.

WENDT, B. “**O educador é visto como super-herói, mas ele também tem falhas**”: desenvolvimento, implementação e avaliação do programa cuida — programa em práticas educativas positivas para educadores sociais de instituições de acolhimento. 2021. 183 f. Tese (Doutorado em Psicologia) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/229888>. Acesso em: 12 fev. 2023.

3 ARTIGO II

RESUMO

ADOLESCER NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: PERCEPÇÃO DOS EDUCADORES SOCIAIS¹⁰

A adolescência é um período de mudanças físicas, psicológicas e sociológicas, que pode ser ainda mais desafiador para adolescentes que residem em instituições de acolhimento e, por isso, podem enfrentar dificuldades adicionais na travessia da adolescência. O acolhimento institucional é uma medida protetiva prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente aplicada quando os direitos da criança e do adolescente são ameaçados ou violados. É considerado um serviço essencial para proteção e desenvolvimento integral de famílias ou indivíduos com vínculos familiares fragilizados. Portanto, o papel dos educadores sociais no acolhimento é fundamental para garantir a proteção e o desenvolvimento integral das crianças e dos adolescentes acolhidos. Dessa forma, o objetivo deste estudo é compreender a percepção dos educadores sociais sobre os adolescentes que moram em acolhimento institucional. Nove educadores sociais responderam a uma entrevista. Os principais resultados sinalizam que a travessia do adolecer ocorre permeada pela vivência de violência pregressa e atual, pela busca da constituição da identidade vivida com pouco suporte social e emocional e pela vivência de comportamentos de risco.

Palavras-chave: Adolescentes. Acolhimento institucional. Educador social.

ADOLESCER NO ACOGIMIENTO INSTITUCIONAL: PERCEPCIÓN DE LOS EDUCADORES SOCIALES

Resumén: La adolescencia es un período de cambios físicos, psicológicos y sociológicos, que puede ser aún más desafiante para los adolescentes que residen en instituciones de acogida y, por lo tanto, pueden enfrentar dificultades adicionales en el cruce de la adolescencia. El acogimiento institucional es una medida de protección prevista en el Estatuto del Niño y del Adolescente, que se aplica cuando los derechos de los niños, niñas y adolescentes son amenazados o vulnerados. Se considera un servicio esencial para la protección y el desarrollo integral de las familias o personas con vínculos familiares frágiles. Por tanto, el papel de los educadores sociales en la acogida es fundamental para garantizar la protección y el desarrollo integral de los niños, niñas y adolescentes. Así, el objetivo de este estudio es comprender la percepción de los educadores sociales sobre los adolescentes que viven en acogimiento institucional. Nueve educadores sociales respondieron a una entrevista. Los principales resultados indican que el cruce de la adolescencia está permeado por la vivencia de violencia pasada y actual, por la búsqueda de la constitución de la identidad vivida con poco apoyo social y emocional y por la vivencia de conductas de riesgo.

¹⁰ Este artigo foi submetido à Revista Cadernos de Comunicação, para o número especial sobre Acolhimento Institucional. Sua redação segue as normas da revista. <https://periodicos.ufsm.br/ccomunicacao/index>

Palavras clave: Adolescentes. Acogimiento institucional. Educador Social.

BECOMING A TEENAGER AT THE INSTITUTIONAL CARE: SOCIAL EDUCATOR'S PERCEPTIONS

Abstract: Adolescence is a period of physical, psychological and sociological changes, which can be even more challenging for adolescents residing in shelter institutions and, therefore, may face additional difficulties in crossing adolescence. Institutional care is a protective measure provided for in the Child and Adolescent Statute, applied when the rights of children and adolescents are threatened or violated. It is considered an essential service for the protection and integral development of families or individuals with fragile family ties. Therefore, the role of social educators in hosting is fundamental to guarantee the protection and integral development of children and adolescents. Thus, the objective of this study is to understand the perception of social educators about adolescents who live in institutional care. Nine social educators responded to an interview. The main results indicate that the crossing of adolescence is permeated by the experience of past and current violence, by the search for the constitution of the identity lived with little social and emotional support and by the experience of risky behaviors.

Keywords: Adolescents. Institutional Care. Social Educators.

INTRODUÇÃO

A travessia da adolescência é um momento marcado por mudanças físicas, psicológicas e sociológicas. A travessia da adolescência é um momento marcado por mudanças físicas, psicológicas e sociológicas. Em contexto familiar de risco, os adolescentes vivem uma condição de violência e muitos passam por situações de descuidos parentais fundamentais para o seu desenvolvimento, aspectos que fragilizam suas condições internas. Em contexto institucional, os adolescentes enfrentam a ruptura de vínculos pregressos já mais consolidados, mesmo que esses vínculos tenham características disfuncionais e que não efetivem a proteção necessária para eles, como também podem evidenciar sinais mais marcados da vivência de violência.

A partir dos pressupostos teóricos da Psicologia do Desenvolvimento e de estudos atuais sobre violência e adolescência, o objetivo deste estudo é compreender a percepção dos educadores sociais sobre adolescentes que moram em acolhimento institucional. Este estudo se justifica pela carência de trabalhos científicos na seara da adolescência e acolhimento institucional, uma vez que não foram encontrados estudos nesta interface nos últimos anos em língua portuguesa. Nove educadores sociais de diferentes cidades do Rio Grande do Sul responderam a uma entrevista. Os principais resultados sinalizam que a travessia do adolescer, do ponto de vista dos educadores, ocorre permeada pela vivência de violência pregressa e atual; pela busca da constituição da identidade vivida com pouco suporte familiar, institucional e dos pares; e pela vivência de comportamentos de risco quanto ao uso de drogas e ao exercício da sexualidade genital.

DESENVOLVIMENTO

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A adolescência é um período de transição da infância para a vida adulta. Alguns marcos têm sido utilizados para delimitar o período da adolescência, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), que estabelece como adolescente todo indivíduo de 12 a 18 anos incompletos, e a Organização Mundial de Saúde, que delimita o período entre 10 e 19 anos (WHO, [2013?]). Trata-se de cerca de 16% da população mundial, cujo desenvolvimento necessita de cuidado, uma vez que estão em pleno crescimento e processo de subjetivação e têm papel central no futuro de seu país (WHO, [2013?]). Ainda que os marcos oficiais delimitem a adolescência por meio de intervalos etários, a adolescência é uma

etapa complexa do desenvolvimento que extrapola as bordas dos manuais (ROACH, 2018). A adolescência compreende alterações biológicas e também psicológicas e sociais, como novas demandas internas, preocupação com o futuro e relacionamentos afetivo-sexuais. Já o período do desenvolvimento caracterizado pela puberdade traz consigo mudanças que estão relacionadas aos processos biológicos que culminam no amadurecimento dos órgãos sexuais.

Do ponto de vista sociológico, a adolescência é o período que compreende a dependência infantil e a emancipação do jovem adulto, estando diretamente relacionada às características das culturas e dos contextos sociais (NASIO, 2011). Em algumas culturas e contextos, a transição para a adolescência pode ocorrer rapidamente, seja por meio de rituais específicos seja por exigências sociais, como se responsabilizar por parte dos proventos em famílias de nível socioeconômico desfavorecido; ou pode ser estendida, como em sociedades em que os jovens adquirem a autonomia mais tarde em razão de uma formação acadêmica prolongada, ou em razão de outros fatores, como o econômico, que impedem que o jovem adquira independência material e afetiva em relação à sua família. Assim, a adolescência pode ser considerada uma construção cultural, dependente do contexto que a define (MORAES; WEINMANN, 2020).

A transição da infância para a adolescência implica em mudanças de demandas e de expectativas da cultura sobre o indivíduo. Na adolescência, o indivíduo vive um período importante para a consolidação e o desenvolvimento de padrões sociais, comportamentais e emocionais. Esses podem contribuir positivamente ou negativamente para o bem-estar geral. Entre os fatores que podem contribuir negativamente, trazendo, inclusive, riscos à saúde mental desses adolescentes, estão as condições de vida, o estigma, a discriminação ou a exclusão, a violência, os abusos, os maus-tratos e a falta de acesso a serviços de apoio de qualidade (OPAS, 2019). Os adolescentes podem experimentar desafios de pouca a alta intensidade, dependendo de fatores de risco internos e externos aos quais estão expostos (ROACH, 2018; JACOBSON; NEWMAN, 2016; WILLIAMS; ANTHONY, 2015).

Adolescentes que residem em instituições de acolhimento vivenciam inúmeras situações de risco ao seu desenvolvimento e, por isso, podem enfrentar dificuldades adicionais na travessia da adolescência. Com base nos dados do Censo SUAS (BRASIL, 2020), houve um aumento de unidades de acolhimento institucional da rede socioassistencial no Brasil de cerca 508 unidades entre os anos de 2019 e 2020. Um levantamento nacional publicado em 2013 indicou mais de 36.929 crianças e adolescentes acolhidos em instituição ou em família acolhedora (ASSIS; FARIAS, 2013), ao passo que a pesquisa de Bernardi (2020) encontrou 33.032 crianças e adolescentes, sendo que os adolescentes correspondiam a 20% (12 a 17

anos) dos acolhidos, e os jovens com mais de 18 anos correspondiam a 4%, evidenciando que cerca de $\frac{1}{4}$ da população de acolhidos são adolescentes e jovens adultos. Ainda que o acolhimento seja destinado a indivíduos de até 18 anos, situações de necessidades especiais podem prolongar esse período. Atualmente, segundo o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2023), há cerca de 31.833 mil crianças e adolescentes acolhidos no país. Para o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM, 2020), os adolescentes representam uma parte significativa do público acolhido no Brasil. São cerca de 8.643 com mais de 15 anos, e mais da metade é do sexo masculino. Deste total, 3.142 estão no acolhimento há mais de três anos.

As famílias nem sempre conseguem proporcionar e garantir aos filhos um ambiente seguro e satisfatório, passando, muitas vezes, a serem geradoras de risco para os mesmos (GULASSA, 2010). Alguns fatores destacados internacionalmente relacionados à família podem levar ao afastamento familiar; entre eles estão as situações de vulnerabilidade social, situação de desemprego, falta de recursos financeiros, uso de bebidas alcoólicas e de drogas pelos genitores, passagem criminal, violências, negligências e pobreza (GONTIJO *et al.*, 2012). No levantamento nacional de acolhimento (ASSIS; FARIAS, 2013), os motivos de afastamento familiar e ingresso em acolhimentos institucionais entre as meninas foram violência física e violência sexual; entre os meninos, vivência de rua e violência física. Considerando a interface entre idade e motivo de acolhimento, orfandade, vivência de rua e ameaças de morte aumentam progressivamente com a idade em meninos. Para as meninas, violência doméstica (física, sexual e psicológica), violência extrafamiliar e exploração sexual são motivos que aumentam a partir dos seis anos de idade, abrangendo também os adolescentes. Drogadição e negligência dos responsáveis decrescem de importância com a idade do acolhido. Assim, com mais idade, mais evidências de vivência de graves fatores de risco. Esse dado indica que os adolescentes estão mais desprotegidos do que as crianças do ponto de vista legal e social. Segundo dados do UNICEF (2018), a pobreza na infância e na adolescência vai além da renda e inclui também estar fora da escola, não ter acesso a condições mínimas de saúde e de alimentação, bem como trabalho infantil.

Dessa forma, os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes são equipamentos da Política Nacional de Assistência Social responsáveis por executar a medida protetiva de acolhimento decidida pelo Poder Judiciário e, excepcionalmente, pelo Conselho Tutelar para situações de ameaça ou violação de direitos, em que o Estado assume a responsabilidade de proteção, exercendo uma parentalidade pública. Responsáveis por proteger e cuidar das crianças e dos adolescentes acolhidos e afastados temporariamente dos

cuidados familiares, esses serviços são considerados essenciais para a proteção e o desenvolvimento saudável dos mesmos (BERNARDI, 2020).

O acolhimento institucional é uma medida de proteção prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente aplicada quando os direitos das crianças e dos adolescentes estão ameaçados ou violados (BRASIL, 1990). Segundo o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ele é um dos serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, cujo objetivo é promover o acolhimento de famílias ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, de forma a garantir sua proteção integral. Esse serviço é prestado em unidades inseridas na comunidade e deve obrigatoriamente apresentar características residenciais, sendo um ambiente acolhedor e com estrutura física adequada para atender às necessidades dos acolhidos.

O acolhimento institucional atende até 20 crianças e adolescentes entre zero e 18 anos de idade de ambos os sexos, em processo ou não de adoção (MARKUS; DE CAMARGO MELLO, 2021). Ainda que seja considerada uma medida provisória e excepcional, às crianças e os adolescentes que foram retirados de suas famílias e foram para a instituição de acolhimento permanecem por um período de seis meses a mais de três anos nesses locais (IBDFAM, 2020). Ou seja, dependendo da complexidade do caso, um adolescente pode permanecer muitos anos afastado de sua família.

Nesse sentido, a forma de cuidado é um importante fator que influencia a vivência do jovem em situação de acolhimento. As modalidades de acolhimento são acolhimentos residenciais, acolhimentos institucionais, casas-lares, famílias acolhedoras e repúblicas. Nos acolhimentos institucionais e residenciais, assim como nas repúblicas, os cuidados são geralmente realizados por educadores sociais, integrantes de uma equipe multiprofissional do acolhimento, em que cada um vai ter uma função de acordo com seu cargo. Nas casas-lares, os cuidados são realizados por mães e/ou pais sociais; e, nas famílias acolhedoras, são os próprios adultos da família os responsáveis pelos cuidados com as crianças e os adolescentes (BERNARDI, 2020).

Os agentes institucionais, segundo as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes, são aqueles que estão envolvidos no cuidado dos acolhidos; eles têm atribuições e responsabilidades diferenciadas, detalhadas no regimento interno ou estabelecidas nas normas da instituição ou ainda conforme sua especificidade técnica. A Equipe Técnica do Programa de Acolhimento deverá contar com uma equipe profissional multidisciplinar composta por um coordenador com formação em nível superior, experiência na área e amplo conhecimento da rede de proteção à infância e à juventude, das

políticas públicas e da rede de serviços da cidade e região, além de assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e outros profissionais com experiência no atendimento a crianças, a adolescentes e a famílias em situação de risco.

A equipe de apoio não necessita de ensino superior para o cargo, mas sim ensino médio e capacitação específica. A equipe de apoio conta com profissionais educadores sociais e auxiliar de educador social. Os educadores auxiliam a criança e o adolescente a lidar com suas histórias de vida, a fortalecer a autoestima e a construir suas identidades; e assistem-nos nos cuidados básicos, como alimentação, higiene e proteção, e na preparação do desligamento da instituição, entre outros aspectos. Já os auxiliares de educador social apoiam as funções do educador, auxiliando nos cuidados básicos e na rotina da casa (organização e limpeza do ambiente e preparação dos alimentos, entre outros) (BRASIL, 2009a). Com relação à organização do trabalho, os educadores sociais trabalham por escalas e atendem a proporção de até dez crianças/adolescentes por educador. Nesse sentido, ele é o profissional que acompanha o dia a dia das crianças e dos adolescentes e terá um contato direto com os acolhidos, tornando-se a referência mais próxima deles (AVOGLIA; SILVA; MATTOS, 2012). Portanto, esse relacionamento entre educador e adolescentes é fundamental para que estes se sintam seguros e acolhidos no ambiente institucional. Nesse contexto, todos os agentes devem trabalhar de forma integrada e todos devem ser ouvidos, visando ao melhor atendimento às crianças e aos adolescentes acolhidos. Portanto, a finalidade é garantir o cumprimento dos direitos da criança e do adolescente e a efetivação do plano de trabalho (BRASIL, 2009b).

O educador social busca mediar e impulsionar a transformação social das crianças e dos adolescentes acolhidos. Ele é agente e mediador da transformação social, ou seja, articulador de um processo coletivo, comprometido com a sociedade, de forma consciente e crítica. Ser agente de transformação é função social do educador que atua nas instituições de acolhimento. Atuar como tal é conhecer a história de cada um buscando contribuir na transformação das realidades encontradas (PENNA *et al.*, 2021). Esses profissionais, ao desempenharem suas funções cotidianas com os acolhidos, acabam estabelecendo vínculos afetivos e conseqüentemente proporcionam oportunidades de reflexão conjunta que os impulsionam a aprender e a pensar usando sua própria vivência. Portanto, as ações dos educadores sociais visam a resgatar tanto a confiança das crianças e dos adolescentes acolhidos quanto a sua capacidade de enfrentar os desafios que terão no processo de reintegração social (BRASIL, 2009a).

Aqueles que vivem em acolhimento institucional podem estar entre os indivíduos que enfrentam impasses adicionais, uma vez que invariavelmente estão ou estiveram expostos a situações de fragilidade intensas (BERNARDI, 2020). No entanto, para Assis e Farias (2013), existe uma grande lacuna constatada nos serviços de acolhimento referentes aos cuidados especificamente voltados para o público adolescente, havendo para eles obstáculos ainda mais complexos. Por exemplo, uma maior precariedade no atendimento dos problemas de saúde, com destaque para a questão do uso de drogas e dos problemas de comportamento; uma visão preconceituosa de parte dos profissionais, sinalizada pela forma diferenciada de lidar com adolescentes; um frágil apoio às condições de aprendizagem escolar e de preparo profissional; uma escassa preparação para o desligamento por maioridade; e pouca presença de serviços especializados que deem apoio aos jovens no período pós-desligamento por maioridade. Dada a complexidade dos desafios enfrentados pelos educadores dos acolhimentos e as necessidades do público adolescente, é fundamental reunir esforços para desenvolver estudos e propor políticas públicas efetivas para essa população.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo descritiva e exploratória. O foco desta investigação foram os profissionais que trabalham como educadores sociais em instituições de acolhimento no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Participaram da pesquisa nove profissionais. A participação desses profissionais foi importante para a investigação e a avaliação das demandas e ocorreu a partir do relato dos profissionais educadores sociais com experiência de atuação com crianças/adolescentes acolhidos. O critério de inclusão da amostra para os educadores sociais consistiu em ter experiência de no mínimo um ano no trabalho com adolescentes acolhidos. Não houve critérios de exclusão. Os participantes da pesquisa tinham entre 23 e 60 anos de idade, a maioria com ensino superior completo e do sexo feminino. Dos nove participantes, havia apenas um do sexo masculino, dois eram solteiros, quatro casados, três eram separados. Além disso, sete entrevistados tinham filhos. O tempo de serviço prestado variou entre dois e sete anos exercendo a profissão de educador social.

Foi utilizado neste estudo um roteiro de entrevista semiestruturada (APÊNDICE A), que, além de favorecer a descrição dos fenômenos sociais, também contribui para a explicação e a compreensão de sua totalidade a partir dos pressupostos teóricos da pesquisa qualitativa. O roteiro continha perguntas sobre a rotina do cuidado no acolhimento, os desafios enfrentados no cuidado com os adolescentes e as demandas atuais dos adolescentes

no contexto do acolhimento. Portanto, o roteiro de entrevista foi organizado em um tópico-guia, de forma a guiar o entrevistado, possibilitando um ambiente agradável, confortável e seguro. As entrevistas foram previamente agendadas pela pesquisadora responsável e ocorreram de forma presencial e *on-line*, por meio da plataforma do Google Meet, de forma a preservar a privacidade dos entrevistados. As entrevistas presenciais ocorreram nos locais de trabalho dos entrevistados. O horário foi definido conforme a preferência dos mesmos. Durante as entrevistas, com a permissão dos participantes, utilizou-se um gravador de áudio e, após serem gravadas, as entrevistas foram transcritas para melhor visualização das informações e formação das categorias para análise qualitativa dos dados.

O estudo foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade Federal de Santa Maria e seguiu as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa envolvendo Seres Humanos do Conselho Nacional de Saúde. Após a aprovação do estudo, os educadores sociais foram convidados pelas redes sociais do grupo de pesquisa Núcleo de Ações e Pesquisas em Saúde, da Universidade Federal de Santa Maria, do qual a pesquisadora faz parte. O contato com os participantes foi realizado por meio da distribuição de convites *on-line* às instituições de acolhimento do Rio Grande do Sul, sendo este de caráter voluntário e confidencial. Os educadores sociais que então demonstraram interesse em participar da pesquisa entraram em contato por telefone, via WhatsApp, com a pesquisadora para agendar as entrevistas. Aqueles que aceitaram participar foram apresentados à pesquisa quanto aos objetivos, métodos e procedimentos a serem realizados, bem como aos riscos e benefícios de sua participação. Da mesma forma, os participantes foram esclarecidos quanto à voluntariedade da participação na pesquisa e à possibilidade de retirar seu consentimento a qualquer tempo. As entrevistas foram realizadas no período de agosto a outubro de 2022. Todos os protocolos de prevenção de contágio pelo vírus do coronavírus foram atendidos nas entrevistas realizadas presencialmente, como uso de máscara, uso de álcool em gel, distanciamento e uso de sala arejada. As entrevistas foram gravadas e transcritas com o consentimento de todos os participantes que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO A). Este foi entregue em duas vias, lido e explicado antes do início da entrevista. Os participantes tiveram seus direitos garantidos, como sigilo e confidencialidade dos dados obtidos na pesquisa, que estão de forma anônima neste trabalho. A amostra foi formada por conveniência.

As entrevistas com os educadores sociais tiveram como método de análise aquela proposta por Bardin (1979). Duas categorias foram encontradas: (1) Adolescer na Instituição e (2) Adolescentes na instituição de acolhimento e os desafios do cuidado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados serão apresentados a seguir, de acordo com as categorias. Os educadores sociais participantes foram identificados com a letra P, da palavra participante, e numerados de acordo com a ordem de realização das entrevistas.

Adolescer na instituição

Esta categoria reuniu dados sobre os aspectos desafiadores acerca do cuidado de adolescentes no contexto das instituições de acolhimento. Os serviços de acolhimento recebem crianças e adolescentes de zero até antes de completarem 18 anos de idade. Porém, é quando estão na fase da adolescência que muitos educadores apresentam maior dificuldade em lidar com as situações que envolvem esse universo. Os participantes sinalizaram que a violência, as drogas, a sexualidade e os relacionamentos afetivo-sexuais são questões que permeiam essa realidade e muitas vezes geram medo nos educadores, conforme as falas dos participantes, que relatam inclusive ameaças de morte. Os trechos a seguir ilustram esses aspectos: "O cuidado com eles, eu acho que esse é o maior desafio... Adolescentes com histórico de violência, assim grave, sabe? Eles acham que tudo é fácil, tudo pode, que a gente é chata, que a gente tá pegando no pé..." (P8, informação verbal)¹¹. "É uma faixa etária que eu acho mais complicada... Eles têm muitas dúvidas, muitos, eles acham que eles sabem tudo e no fim eles não sabem nada... Às vezes vêm muitos adolescentes, que eles foram muito machucados, né?" (P1, informação verbal)¹². "Como eles vêm com muitas vivências já de casa, quando não aceitam alguma coisa, acontece que a gente já foi ameaçadas de morte..." (P2, informação verbal)¹³.

Eu encontrei bem mais dificuldade assim pela questão da violência, pela questão de ter adolescente infrator dentro da instituição, assim junto com crianças que sabe

¹¹ Fala de educador social (participante 8) em entrevista à pesquisadora em 2022.

¹² Fala de educador social (participante 1) em entrevista à pesquisadora em 2022.

¹³ Fala de educador social (participante 2) em entrevista à pesquisadora em 2022.

que... que estão com problema de violência em casa, sabe? Não são menores infratores, sabe? (P9, informação verbal)¹⁴.

Isso é uma coisa muito ruim, questão do adolescente, porque eles vêm usuários, então é muito difícil... A gente teve muito medo da questão de, de vida, sabe, assim. Ele roubou tudo que ele pode e que ele não pode... Mas que deu esse medo deu, de vir trabalhar, tu tá num ambiente perigoso. (P8, informação verbal).

De acordo com as falas dos participantes, foi possível elucidar as demandas do cuidado prestado aos adolescentes na instituição de acolhimento. A vivência do momento da adolescência na instituição pode incrementar as fragilidades psíquicas dos adolescentes, uma vez que o suporte fundamental para essa etapa por vezes é inexistente. Eles, muitas vezes, já vêm para a instituição com vivências traumáticas e ainda estão passando pelo processo de adolecer. As falas ilustram esse aspecto ao mencionar que os jovens apresentam comportamentos difíceis advindos da rotina pregressa, ao mesmo tempo que buscam a independência, o suporte dos pares e ignoram o suporte dos adultos. Nesse sentido, para os autores Silveira, Nogueira e Silva (2020) e Dell'aglio e Siqueira (2010), os adolescentes acolhidos vivenciam uma série de frustrações e tensões simultâneas. Essas são produzidas frente a um conjunto de elementos das realidades vivenciadas por eles na instituição. Situações de fuga física e simbólica, dificuldade de aceitação das regras e dos limites do acolhimento, estigmas, isolamentos, problemas no aprendizado escolar, conformação e negação dos sujeitos são comumente observados (SILVEIRA; NOGUEIRA; SILVA, 2020).

O aspecto mais presente na fala dos participantes é a violência. Os participantes falaram sobre situações de violência pregressa, efeitos da violência na rotina, medo da violência que os adolescentes possam apresentar, entre outros. Alguns adolescentes estão em medida de proteção pela ameaça ou violação de um direito; contudo, muitos já estão engajados em atividades criminosas, o que torna o ambiente institucional uma ameaça para os cuidadores e as demais crianças que não estão envolvidas com o crime. Cerca de 117.207 adolescentes e jovens no Brasil cumprem Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e/ou Prestação de Serviços à Comunidade, segundo Pesquisa Nacional de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto realizada em fevereiro/março de 2018 pelo Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, 2018). O número de adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida e/ou Prestação de Serviço Comunitário aumenta conforme a idade dos adolescentes, sendo o ápice entre os 16 e 17 anos. Oitenta e oito por cento são do sexo masculino, 46% têm entre 16 e 17 anos; 31% entre 18 e 21 anos; 20% cumprem medida por

¹⁴ Fala de educador social (participante 9) em entrevista à pesquisadora em 2022.

tráfico de drogas, 15 % por roubo e 10% por furto (BRASIL, 2014). Segundo outro estudo robusto realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, cerca de 33.590 jovens de 15 a 29 anos foram assassinados em 2016 no Brasil, sendo a maioria do sexo masculino e em situação de pobreza (IPEA, 2018). Portanto, a violência e o crime têm feito parte da vida dos jovens de classes desfavorecidas.

Um aspecto fundamental no que se refere ao adolecer é o exercício da sexualidade. Para P4, "A sexualidade dos adolescentes é algo que no abrigo aparece muito, né assim... Uma coisa era nós com 15 anos, outra coisa são eles com 15 anos... E se querem sair, eles dão jeito de sair. Não se consegue segurar eles né!" (informação verbal)¹⁵. Na perspectiva de Nothaft *et al.* (2014), a sexualidade é um componente intrínseco à pessoa, superando as questões biológicas, pois se caracteriza também como um fenômeno psicológico, cultural e social. Este pode ser influenciado pelos valores pessoais, familiares, morais, pelas crenças e pelos tabus da sociedade. Se, por um lado, o exercício da sexualidade é um tabu para a sociedade, por outro ela continua sendo um impasse entre gerações. Contudo, não se trata apenas do conflito entre gerações e o tabu; é importante considerar também que muitos adolescentes que vivem em acolhimentos viveram violência sexual. A vivência desse tipo de violação de direitos é preocupante, e os relatórios governamentais mostram que continuam aumentando. O Relatório do Programa Disque 100 do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2019) registrou um aumento de 13,9% em 2019 em comparação a 2018, sendo 56% das vítimas do sexo feminino. Essa vivência de violência faz com que o exercício da sexualidade seja permeado por essa experiência, podendo fazer com que os adolescentes se envolvam em situação de risco no que tange à sexualidade, podendo levar à gravidez na adolescência.

Na adolescência, a busca pela constituição da identidade é incrementada. P1 mencionou a sua percepção de uma posição de onipotência do adolescente, uma vez que "eles acham que sabem tudo" (informação verbal). A busca por uma identidade é complexa e pressupõe rupturas com os cuidadores, para que o adolescente busque nas relações com os pares o suporte necessário. É possível que esse processo de subjetivação ocorra com dificuldades, uma vez que alguns adolescentes podem não ter o suporte de adultos nem de outros pares, que no acolhimento estão em uma situação de fragilidade também.

A análise dos dados que compuseram esta categoria corrobora dados da literatura que indicam que os adolescentes que estão no acolhimento institucional têm maiores índices de comportamentos de risco, o que pode ser reflexo dos efeitos da exposição à violência que

¹⁵ Fala de educador social (participante 4) em entrevista à pesquisadora em 2022.

muitas vezes é o motivo do acolhimento institucional, assim como maior fragilidade emocional. A questão da vulnerabilidade relacionada a múltiplas exposições a fatores de riscos ao desenvolvimento remete ao grande desafio que se impõe às instituições de acolhimentos (DELL'AGLIO; SIQUEIRA, 2010), assim como para os profissionais que fazem parte da equipe de apoio e para os que trabalham dia a dia no cuidado dos acolhidos, como os educadores sociais.

Adolescente na instituição de acolhimento e desafios do cuidado

Esta categoria reuniu dados sobre a adaptação dos adolescentes à vida no acolhimento e os desafios dessa tarefa. Muitas vezes, os adolescentes acabam tendo maior dificuldade em se adaptar à rotina da instituição, uma vez que esta possui regras e horários bem estruturados para realização da rotina e das tarefas, causando por vezes certa resistência nesses adolescentes, fator que pode gerar alguns sentimentos de insegurança naqueles que estão ali fornecendo e auxiliando no cuidado, como o educador social. As seguintes falas dos educadores evidenciam esse aspecto. P1 afirmou: “E daí tem vezes que eles não aceitam né, essas regras, essas formas de tratar e tudo mais [...]” (informação verbal), e “É difícil lidar com as frustrações deles, dos adolescentes... Às vezes são bem resistentes pra fazê algumas atividades” (P4, informação verbal).

Teve uma época ali que tinha bastante adolescentes, né, e daí não é a mesma forma de tu lidar, né? E como é, como qualquer outra casa tem regras, né? E daí tem vezes que não aceitam, mas eles tentam manipular bem mais. (P2, informação verbal).

Um adolescente já tá mais acostumado a viver na rua, no momento que tu vem para cá, eles têm regras para seguir... E aí eles se revoltam com a gente, e aí tem situações difíceis da gente enfrentar às vezes... (P3, informação verbal)¹⁶.

Por meio das falas dos educadores entrevistados, foi possível compreender a dificuldade que a maioria dos adolescentes têm em relação à adaptação, à rotina e às regras na instituição de acolhimento. Portanto, muitos resistem e têm dificuldade em seguir as regras da instituição, como horário para almoço, limite de acesso às redes sociais e restrição para ir a boates ou visitar os amigos. Assim, eles se deparam com diversas situações práticas e vivências emocionais e sociais complexas. As questões da ambiguidade entre o desejo e o temor de sair da instituição, das dúvidas, da violência, da garantia de sobrevivência, de

¹⁶ Fala de educador social (participante 3) em entrevista à pesquisadora em 2022.

moradia e, até mesmo, do despreparo para lidar com as tarefas do cotidiano, visto que eles vêm de um contexto de violências e negligências, tornam-se um desafio das instituições de acolhimento. Há pouco suporte das políticas públicas e existe a necessidade de uma rede de apoio social e emocional para esses adolescentes, pois muitos deles na verdade sentem-se sozinhos, perdidos, com pouca ou nenhuma referência, com baixa autoestima e com poucos recursos pessoais para seguir essa etapa da vida que exige autonomia, segurança e protagonismo (INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA, 2016). Nessa perspectiva, embora o serviço de acolhimento deva proporcionar uma convivência do acolhido junto à comunidade, para Rizzini e Rizzini (2004), a institucionalização pode levar os adolescentes ao isolamento. Nesse contexto, prevalecem muitas regras e normas para o funcionamento da rotina da instituição, o que influencia no desenvolvimento biopsicossocial. Tais fatores podem dificultar o processo de autonomia do adolescente. Estes problemas elencados estão diretamente relacionados à ausência de ações afirmativas do Estado na forma de recursos ampliados quanto à formação cidadã dos adolescentes acolhidos, com escolarização de qualidade, recursos que proporcionem sua inserção digna no mundo do trabalho, ou seja, os mesmos direitos de que cada brasileiro deve gozar (FERREIRA; SILVA, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação do adolescente em situação de acolhimento requer atenção. Os dados coletados neste estudo indicam que as condições dos adolescentes se complexificam ao longo do tempo. Inevitável concluir que ações direcionadas à infância são alternativas mais promissoras do que aquelas implementadas para adolescentes. A violência e o envolvimento com o crime foram aspectos-chave destacados pelos educadores sociais que impedem muitas vezes que a disponibilidade apresentada por eles de atender os adolescentes em suas necessidades emocionais favoreça o desenvolvimento destes. O adolescente passa por um processo de desancoragem, após um período de forte vínculo com seus cuidadores principais — é hora de navegar em outros territórios. É possível que o adolescente acolhido nunca tenha vivido uma situação segura, e a desancoragem já é sua realidade, fazendo com que a navegação seja mais semelhante a um navio à deriva do que orientado por uma bússola. O acolhimento institucional, no papel dos cuidadores e da equipe técnica, precisa estar ciente de que é necessário ser bússola para o adolescente acolhido.

Para favorecer o ser-bússola, torna-se necessário proporcionar experiências positivas para os adolescentes, de inserção familiar, escolar e social, que garantam a proteção de seus

direitos fundamentais, bem como trabalhar para que eles tenham suas necessidades físicas, sociais e emocionais supridas (CARVALHO *et al.*, 2015). Nesse sentido, para Carlos *et al.* (2009), a experiência de adolecer exige uma atenção especial como forma de ajudá-los a lidar com situações complexas e problemas que possam, porventura, provocar danos e agravos à saúde física ou emocional. No contexto dos adolescentes que estão na instituição de acolhimento, é ainda mais pertinente o apoio de profissionais adequados para que esse se sobressaia neste período turbulento. Portanto, é importante que os educadores sociais que trabalham em acolhimentos com esse público compreendam a violação de direitos e as marcas deixadas em suas vidas antes do acolhimento, a fim de que possam ajudá-los a construir um futuro melhor. Esses profissionais precisam estar sensibilizados e capacitados para lidar com as demandas emocionais dos jovens acolhidos, oferecendo um atendimento especializado e direcionado para questões de prevenção e intervenção em saúde mental (ITO; AZEVÊDO, 2021). Ademais, é fundamental que os adolescentes saibam desenvolver atividades compatíveis com seus interesses e habilidades, que os ajudem a ser cidadãos. Neste sentido, destaca-se a importância de profissionais especializados para atuar junto a esses sujeitos nas instituições de acolhimento (FONSECA, 2017). É necessário o investimento em políticas públicas e em intervenções que auxiliem na recuperação e no fortalecimento dos laços familiares, bem como ações de caráter preventivo à institucionalização. Nesse sentido, as capacitações permanentes também podem contribuir para esses profissionais, a fim de dar maior suporte à sua atuação e ao enfrentamento dos desafios encontrados no cuidado desses adolescentes.

REFERÊNCIAS

ASSIS, S.; FARIAS, L. O. (org.). **Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviços de acolhimento**. São Paulo: Hucitec, 2013.

AVOGLIA, H. R. C.; SILVA, A. M.; MATTOS, P. M. Educador social: imagem e relações com crianças em situação de acolhimento institucional. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 12, n. 1–2, p. 265–292, 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1518-61482012000100010. Acesso em: 15 mar. 2023

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BERNARDI, D. C. F. **Levantamento nacional sobre os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes em tempos de Covid-19**. São Paulo: NECA: Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária e Fice Brasil, 2020.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Atlas, 1990.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília, DF, jun. 2009a. Disponível em: http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/orientacoes_tecnicas_final.pdf. Acesso em: 20 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.010 de 3 de agosto de 2009**. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992 [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 3 ago. 2009b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm. Acesso em: 14 jan. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Resolução nº 9, de 15 de abril de 2014. Ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, em consonância com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 abr. 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2014/cnas-2014-009-15-04-2014.pdf/download>. Acesso em: 10 fev. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Relatório da pesquisa nacional de medidas socioeducativas em meio aberto**. Brasília, DF, fevereiro/março, 2018. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/relatorios/Medidas_Socio_educativas_em_Meio_Aberto.pdf. Acesso em: 17 mar. 2023.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. **Relatório disque denúncia nacional**. Brasília, DF, 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Censo SUAS: bases e resultados**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/snas/vigilancia/index2.php>. Acesso em: 06 maio 2023.

CARLOS, D. *et al.* Adolescente/adolescência: revisão teórica sobre uma fase crítica da vida. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, [s.l.], v. 10, n. 2, p. 131–140, 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/rene/article/view/4787/3541>. Acesso em: 21 jan. 2023.

CARVALHO, C. F. *et al.* Acolhimento institucional: considerações sobre a forma como o cuidado subjetivo se apresenta no cotidiano de trabalho dos educadores sociais. **Alethéia**, Canoas, n. 47–48, p. 51–63, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942015000200005. Acesso em: 03 maio 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento. **Crianças acolhidas**. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&s>

heet=e78bd80b-d486-4c4e-ad8a-736269930c6b&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel&select=clearall. Acesso em: 06 mar. 2023.

DELL'AGLIO, D. D.; SIQUEIRA, A. C. Preditores de satisfação de vida de jovens em situação de vulnerabilidade no sul do Brasil. **Psicodebate**, [Buenos Aires], v. 10, p. 213–230, 2010. Disponível em: <https://dspace.palermo.edu/ojs/index.php/psicodebate/article/view/397>. Acesso em: 16 mar. 2023.

FERREIRA, T. A. de S.; SILVA, O. H. F. da. Educação escolar de adolescentes em situação de abrigo: reflexões críticas em interface com a pandemia. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 13, n. 38, p. 121–138, 2023. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/875>. Acesso em: 03 abr. 2023.

FONSECA, P. N. O impacto do acolhimento institucional na vida de adolescentes. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 34, n. 105, p. 285–296, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862017000300006. Acesso em: 04 abr. 2023.

GONTIJO, D. T. *et al.* Fatores relacionados à institucionalização de crianças e adolescentes acolhidos na comarca de Uberaba-MG. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 25, n. 2, p. 139–150, 2012. Disponível em: <redalyc.org/pdf/408/40823359003.pdf>. Acesso em: 06 maio 2023.

GULASSA, M. L. C. R. (org.). **Novos rumos do acolhimento institucional**. São Paulo: NECA-Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010.

IBDFAM (Instituto Brasileiro de Direito de Família). **Brasil tem 30 mil crianças e adolescentes em acolhimento, mas apenas 5 mil estão aptas à adoção**. Belo Horizonte, 15 out. 2020. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/noticias/7842/#:~:text=Dados%20do%20Sistema%20Nacional%20de,est%C3%A3o%20aptas%20a%20serem%20adotadas>. Acesso em: 03 mar. 2023.

INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA. **Adolescentes em transição: o trabalho de preparação para a vida autônoma, fora das instituições de acolhimento**. São Paulo, 2016. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/56b10ce8746fb97c2d267b79/t/5d36225a42b5000001a7fffc/1563828834492/Sistematiza%C3%A7%C3%A3o_WEB.pdf. Acesso em: 07 maio 2023.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **Atlas da violência**. Brasília, DF, 2018.

ITO, S. I.; AZEVÊDO, A. V. dos S. Educadores sociais em abrigos destinados a crianças e adolescentes: revisão sistemática. **Contextos Clínicos**, [São Leopoldo], v. 14, n. 1, p. 276–303, 2021. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/contextosclinicos/article/view/21282>. Acesso em: 18 mar. 2023.

JACOBSON, J.; NEWMAN, M. G. Perceptions of close and group relationships mediate the relationship between anxiety and depression over a decade later. **Depression and Anxiety**, [s.l.], n. 33, vol. 1, p. 66–74. 2016. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4959466/>. Acesso em: 03 maio 2023.

MARKUS, K. C.; DE CAMARGO MELLO, C. R. Acolher: abrigo institucional para crianças e adolescentes. **Revista interdisciplinar de ensino, pesquisa e extensão**, [s.l.], v. 9, n. 1, p. 155–165, 2021. Disponível em:

<https://revistaeletronica.unicruz.edu.br/index.php/revint/article/view/635>. Acesso em: 24 mar. 2023.

MORAES, B. R.; WEINMANN, A. de O. Notas sobre a história da adolescência: transformações e repetições. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 280–296, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/160346>. Acesso em: 13 mar. 2023.

NASIO, J. D. **Como agir com um adolescente difícil?** Um livro para pais e profissionais. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

NOTHAFT, S. Sexualidade do adolescente no discurso de educadores: possibilidades para práticas educativas. **Revista Mineira de Enfermagem**, [s.l.], v. 18, n. 02, p. 284–289, 2014. Disponível em: <http://www.revenf.bvs.br/pdf/reme/v18n2/v18n2a03.pdf>. Acesso em: 07 maio 2023.

OPAS (Organização Pan-Americana de Saúde). **Saúde mental dos adolescentes**. [S.l.], 2019. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/saude-mental-dos-adolescentes>. Acesso em: 05 fev. 2023.

PENNA, L. H. G. *et al.* O profissional educador social no cotidiano de adolescentes de unidade de acolhimento institucional: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, [s.l.], v. 10, n. 17, p. e239101724690-e239101724690, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/24690>. Acesso em: 23 mar. 2023.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

ROACH, A. Supportive Peer Relationships and Mental Health in Adolescence: An Integrative Review. **Issues in Mental Health Nursing**, [s.l.], v. 39, n. 9, p.723–737, 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30252560/>. Acesso em: 01 mar. 023.

SILVEIRA, A. J. T. da; NOGUEIRA, M. de O.; SILVA, L. C. Entre a escola e o abrigo: estigmas, conflitos e insucesso escolar de adolescentes. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v. 11, n. 32, p. 432–465, 2020. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/4438>. Acesso em: 22 jan. de 2023.

UNICEF. **Pobreza na infância e na adolescência**. [S.l.], 2018. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/156/file/Pobreza_na_Infancia_e_na_Adolescencia.pdf. Acesso em: 01 abr. 2023.

WHO. Adolescent health. **World Health Organization**, [s.l.], [2013?]. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/adolescent-health#tab=tab_1. Acesso em: 08 mar. 2023.

WILLIAMS, L.; ANTHONY, E. A model of positive family and peer relationships on adolescent functioning. *Journal of Child and Family Studies*, [s.l.], v. 3, n. 24, p. 658–667, 2015. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2013-41641-001>. Acesso em: 02 abr. 2023.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados apresentados neste trabalho, fica evidente a importância da medida de proteção do acolhimento institucional como forma de garantir a proteção de crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade. No entanto, é importante ressaltar que essa medida deve ser excepcional e temporária, sendo fundamental garantir que as instituições de acolhimento proporcionem um ambiente acolhedor, protetor, afetivo e respeitoso para os acolhidos. Além disso, é necessário reconhecer que a simples aplicação dos preceitos legais não é suficiente para garantir a qualidade do atendimento nas instituições de acolhimento. É preciso investir em políticas públicas e em capacitação de profissionais que atendam nesses espaços, para garantir que as crianças e os adolescentes acolhidos tenham acesso a um plano de atendimento individual, atendimento personalizado, em pequenos grupos, e que promova o seu desenvolvimento psicossocial de forma saudável. É importante destacar que a proteção integral de crianças e adolescentes é um direito garantido pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, e que cabe à família, à sociedade e ao Estado a responsabilidade de garantir as condições para o pleno desenvolvimento desses sujeitos de direitos, protegendo-os de qualquer forma de negligência, exploração ou violência.

O acolhimento institucional de crianças e adolescentes é um campo em constante transformação e reorganização, o que torna ainda mais importante a discussão e a produção de conhecimento em diferentes áreas de estudo. Assim, é fundamental que os profissionais envolvidos na temática sejam constantemente capacitados e atualizados para que possam impactar positivamente na realidade dessas crianças e adolescentes que residem em instituições de acolhimento. Nesse sentido, a literatura ainda carece de estudos que investiguem as práticas dos educadores em ambiente institucional, bem como estudos orientados para a compreensão de quem é essa figura que substitui a mãe na vida diária de uma criança em ambiente coletivo. No entanto, para que possam exercer suas funções de forma adequada, além de formação e capacitação, estes profissionais, de acordo com Couto e Rizzini (2021), precisam de maior atenção e investimentos por parte do Estado em relação ao

acolhimento institucional e de melhor alinhamento e articulação do serviço com a rede de proteção social. Esses elementos permitem e colaboram para a ampliação do leque de atividades disponíveis para crianças e adolescentes acolhidos e contribuem para sua convivência social e comunitária, fundamentais para o retorno às famílias.

Ainda, os resultados desta pesquisa levantam apontamentos sobre a vida dos adolescentes em situação de acolhimento e a importância de oferecer suporte emocional, social e educacional adequado para esses jovens. É destacada a necessidade de proporcionar experiências positivas para os adolescentes, incluindo inserção familiar, escolar e social, a fim de garantir a proteção de seus direitos fundamentais e suprir suas necessidades físicas, sociais e emocionais. Além disso, os educadores sociais apontam a violência e o envolvimento com o crime como pontos que dificultam o atendimento das necessidades emocionais dos adolescentes. É ressaltado que a experiência de ser adolescente e estar no acolhimento exige atenção especial e apoio de profissionais adequados, considerando as sucessivas violações de direitos adquiridos antes do acolhimento como marcas que permanecerão em suas vidas e considerando o desejo de ter um futuro melhor. Com isso, os adolescentes devem desenvolver atividades compatíveis com seus interesses e habilidades, que os ajudem a ser cidadãos.

Nesse sentido, para Couto e Rizzini (2021), o plano de atendimento individual também deve incluir atividades que promovam o desenvolvimento emocional e psicológico dos adolescentes acolhidos. Isso pode incluir terapia individual ou em grupo, atividades recreativas e culturais e acompanhamento psicológico, entre outros recursos que possam auxiliar na superação de traumas e dificuldades emocionais. Ainda, é fundamental garantir aos adolescentes acolhidos o acesso a uma educação de qualidade, que possa prepará-los para o futuro e para sua inserção na sociedade. Isso inclui uma oferta de ensino fundamental e médio, além de cursos profissionalizantes e técnicos, que possam prepará-los para o mercado de trabalho. O plano de atendimento individual dos adolescentes acolhidos deve ser elaborado de forma integrada e abrangente, contemplando todas as dimensões de suas vidas, desde as necessidades básicas até o desenvolvimento de competências e habilidades para a vida adulta. Dessa forma, será possível oferecer a esses jovens as condições necessárias para que possam se desenvolver de forma plena e se tornarem cidadãos ativos e produtivos na sociedade.

Além disso, os educadores sociais têm um papel importante na promoção da cidadania e na garantia dos direitos dos acolhidos, colaborando com a sua reintegração familiar ou com a sua inserção em uma nova família. Assim, é necessário que o trabalho desses profissionais seja valorizado e reconhecido pelos empregadores e pela sociedade em geral, através da garantia de condições de trabalho cumpridas, salários justos, capacitação e formação

continuada, além do respeito à sua autonomia e ao seu papel como profissional da área social. É importante ressaltar que, apesar das dificuldades enfrentadas pelos educadores sociais nas instituições de acolhimento, eles valorizam o trabalho na instituição e têm um papel fundamental no cuidado e no desenvolvimento dos acolhidos. Através de uma atuação sensível, empática e comprometida, esses profissionais podem contribuir significativamente para o bem-estar e a qualidade de vida dessas crianças e adolescentes. Por fim, o estudo apontou para a importância de se discutir e trabalhar as lacunas existentes no contexto das instituições de acolhimento, para a melhor compreensão das dificuldades e dos desafios enfrentados pelo educador social, e destacou a importância da capacitação permanente e do suporte psicológico para esses profissionais. Porém, este estudo não esgota a discussão sobre essa temática. As informações contidas no estudo podem contribuir para fomentar ações e futuras intervenções, além de políticas públicas e práticas preventivas para a promoção da saúde dos acolhidos e dos profissionais educadores sociais que trabalham no acolhimento institucional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Atlas, 1990.

BRASIL. Ministério da Cidadania do Brasil. **Guia para o educador social**. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Resolução nº 9, de 15 de abril de 2014. Ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, em consonância com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 abr. 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2014/cnas-2014-009-15-04-2014.pdf/download>. Acesso em: 10 fev. 2023.

CANTON, F. **Privação materna e abrigo infantil: consequências para o psiquismo da criança**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Psicologia) — FAAT Faculdades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

CARVALHO, A. M.; MAGALHÃES, V. A atuação do educador social em instituições de acolhimento para crianças e adolescentes. **Revista Conexão Sistêmica**, [s.l.] v. 3, n. 1, p. 23–38, 2021. Disponível em:

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/conexaosistemica/article/view/59792/34652>. Acesso em: 03 mai. 2023.

CARVALHO, C. F. *et al.* Qual a percepção de crianças e adolescentes em acolhimento institucional acerca do seu cuidado subjetivo? **Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente**, Lisboa, v. 7, n. 1–2, p. 333–344, 2016. Disponível em: <http://revistas-prod.lis.ulusiada.pt/index.php/rpca/article/view/2418>. Acesso em: 05 mar. 2023.

CAVALCANTE, L. I. C.; CORRÊA, L. da S. Perfil e trajetória de educadores em instituição de acolhimento infantil. **Cadernos de pesquisa**, [s.l.], v. 42, n. 146, p. 494–517, 2012. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/v42n146/v42n146a10.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2023.

CONANDA/CNAS. **Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Conselho Nacional de Assistência Social, Brasília, DF, 2008.

COSTA, N.; FERREIRA, M. Acolhimento familiar: uma alternativa de proteção para crianças e adolescentes. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 22, n. 1, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/MXzL9wxGtr6nD7rTvKNV6Wp/?lang=pt>. Acesso em: 12 jan. 2023.

COUTO, R. M. B. do; RIZZINI, I. Acolhimento institucional para crianças e adolescentes em situação de rua: pesquisa e políticas públicas. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 1–15, jan.–dez. 2021. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/39173/26764>. Acesso em: 15 abr. 2023.

GUERRA, L.; PRETTE, Z. Habilidades sociais educativas de cuidadores de crianças institucionalizadas. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 70, n. 3, p. 98–112, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v70n3/08.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2022.

MAGALHÃES, C; COSTA, L.; CAVALCANTE, L. Percepção de educadores de abrigo: seu trabalho e a criança institucionalizada. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, [s.l.], v. 1, n. 3, p. 818–831, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v21n3/08.pdf>. Acesso em: 10 dez. 21.

NOGUEIRA, P. C; COSTA, L. F. A criança, a mãe social e o abrigo: limites e possibilidades. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v. 15, n. 3, p.36–48, dez. 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v15n3/05.pdf>. Acesso: 22 jan. 2022.

SOUZA, F. H. O.; ALTOÉ, S.; PACHECO, L. F. Ateliê lúdico e expressivo: considerações sobre o brincar com crianças acolhidas. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, [s.l.], v. 21, n. 4, p. 1313–1329, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4518/451873480003/451873480003.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2023.

UNICEF. **UNI:** Relatório anual do Unicef Brasil. [S.l.], ano 14, n. 39, mar. 2018. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/sites/unicef.org.brazil/files/2019-03/UNI39_RA2017.pdf. Acesso em: 08 maio 2023.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome: _____ Idade: _____

Escolaridade: _____ Situação conjugal: _____

Nº de filhos: ____ Idade dos filhos: ____

1. O que você compreende por Instituição de acolhimento?
2. Há quanto tempo você atua em Instituição de Acolhimento?
3. Qual a sua percepção sobre o papel/função do Educador Social?
4. Como você descreve a atuação com crianças e adolescentes acolhidos?
5. Quais são os desafios ou dificuldades da atuação com crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional?
6. Já recebeu alguma capacitação para atuar como educadora social? Qual?
7. Acha necessário ter capacitação? Porque? Em caso afirmativo, que tipo de intervenção?
8. Que conteúdos você considera que seriam importantes para serem abordados na capacitação/intervenção?

ANEXO A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do estudo: Acolhimento institucional para crianças e adolescentes: desafios e práticas dos educadores sociais

Pesquisador responsável: Prof.a Aline Cardoso Siqueira

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria/Departamento de Psicologia Telefone e endereço postal completo: (55) 3220-0000. Avenida Roraima, 1000, prédio 74B, sala 3205, 97105-970 - Santa Maria - RS.

Local da coleta de dados: nas instituições de acolhimento interessadas

Eu Aline Cardoso Siqueira, responsável pela pesquisa “Acolhimento institucional para crianças e adolescentes: desafios e práticas dos educadores sociais” o convido a participar como voluntário deste estudo. Esta pesquisa pretende estudar a percepção dos educadores sociais que trabalham em instituições de acolhimento no estado do Rio Grande do Sul (BR), frente às necessidades e demandas dos acolhimentos institucionais. Acreditamos que ela seja importante porque muitos educadores sociais poderão aprender sobre desenvolvimento e comportamento infantil de crianças expostas a violência, e assim, poderão contribuir no desenvolvimento das crianças acolhidas. Para sua realização, serão feitas entrevistas com os profissionais que trabalham nas instituições de acolhimento. Os benefícios que esperamos com o estudo estão relacionados à possibilidade de produzir evidência sobre os impactos dos desafios enfrentados pelos educadores sociais no acolhimento, bem como, suas práticas de cuidado com os acolhidos, a fim de favorecer o desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes institucionalizados.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com algum dos pesquisadores ou com o Comitê de Ética em Pesquisa/UFSM 1. A coordenadora responsável por essa pesquisa pode ser contatada pelo telefone (55) 98424-4223 e o Comitê de ética em Pesquisa poderá ser contatado pelo telefone (55) 3220-9362 e por meio do endereço:

Avenida Roraima, n. 1000 – Prédio da Reitoria, 7º andar, sala 763 – CEP 97105-900 – Santa Maria – RS. Telefone: (55) 3220-9362

E-mail: cep.ufsm@gmail.com – Website: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/prpgp/cep/>

É possível que aconteçam desconfortos ou riscos, como cansaço decorrente dos encontros ou mesmo de memórias acessadas durante a atividade grupal. Caso ocorra algum problema decorrente de sua participação na pesquisa, você terá acompanhamento e assistência de forma gratuita. Assim, a equipe de pesquisa estará preparada para acolher essas emoções e, se prolongado o desconforto, irá indicar auxílio psicológico que será prestado pela Clínica Escola do Curso de Psicologia/UFSM conforme o Termo de Apoio à Pesquisa. Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo por sua decisão.

¹ Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSM – CEP/UFSM

As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão ser divulgadas, apenas, em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação. Também serão utilizadas imagens. Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores. Fica, também, garantido o seu direito de requerer indenização em casos de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa.

Eu, [nome completo do voluntário], após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes da garantia de confidencialidade. Esse documento está em 2 vias, sendo que tanto eu quanto o pesquisador teremos uma cópia idêntica. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo e assino este termo em duas vias, uma das quais foi-me entregue.

Assinatura do voluntário

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE

Data:

ANEXO B**TERMO DE CONFIDENCIALIDADE****TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**

Título do projeto: Adaptação do Programa ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros para Educadores Sociais

Pesquisador responsável: Prof.^a Aline Cardoso Siqueira
Instituição: Universidade Federal de Santa Maria
Telefone para contato: (55) 98424-4223

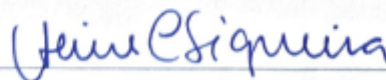
Local da coleta de dados: nas instituições de acolhimento interessadas.

Os responsáveis pelo presente projeto se comprometem a preservar a confidencialidade dos dados dos participantes envolvidos no trabalho, que serão coletados por meio de entrevistas e escalas psicométricas.

Informam, ainda, que estas informações serão utilizadas, única e exclusivamente, no decorrer da execução do presente projeto e que as mesmas somente serão divulgadas de forma anônima, bem como serão mantidas no seguinte local: UFSM, Avenida Roraima, 1000, prédio 74 B, Departamento de Psicologia, sala 3205, 97105-970 - Santa Maria - RS, por um período de cinco anos, sob a responsabilidade da professora Aline Cardoso Siqueira. Após este período os dados serão destruídos.

Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSM em/...../....., com o número de registro Cae

Santa Maria, 26 de maio de 2022

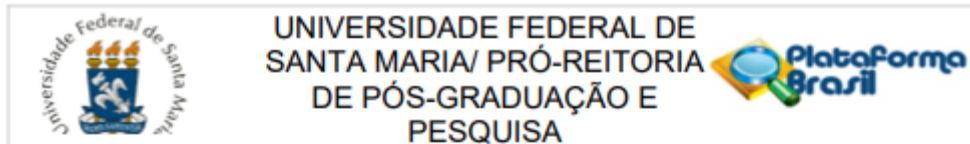


Aline Cardoso Siqueira

Professora do PPG em Psicologia/UFSM

ANEXO C

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ADAPTAÇÃO DO PROGRAMA ACT PARA EDUCAR CRIANÇAS EM AMBIENTES SEGUROS PARA EDUCADORES SOCIAIS

Pesquisador: ALINE CARDOSO SIQUEIRA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 57502222.2.0000.5346

Instituição Proponente: Universidade Federal de Santa Maria/ Pró-Reitoria de Pós-Graduação e

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.489.952

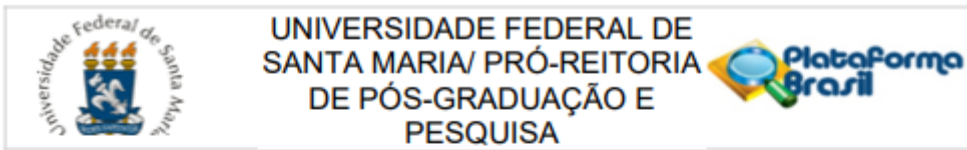
Apresentação do Projeto:

O projeto é denominado "Adaptação do programa ACT para educar crianças em ambientes seguros para educadores sociais". Trata-se de um projeto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

No resumo do projeto consta o que segue: "O Programa Act Educando crianças em ambientes seguros foi criado pela American Psychological Association tendo como objetivo oferecer a pais e cuidadores de crianças de zero a 8 anos uma intervenção de prevenção universal da violência. A literatura internacional destaca os efeitos positivos do programa. Assim, o objetivo do estudo é adaptar o Programa Act Educando crianças em ambientes seguros para educadores sociais de acolhimentos institucionais. Participaram educadores sociais e pesquisadores com expertise no Programa Act. Os educadores sociais responderam a uma entrevista semi estruturada que abordara os desafios do cuidado das crianças nos acolhimentos. Após a adaptação, o Programa Act será avaliado por pesquisadores sobre a adaptação realizada. Assim, Programa ACT poderá atender os desafios enfrentados pelos educadores sociais, e assim, o cuidado fornecido ao acolhido seja a partir de uma disciplina positiva e acolhedora."

No projeto constam revisão bibliográfica, descrição da metodologia, instrumentos de coleta de

Endereço: Avenida Roraima, 1000 - Prédio da Reitoria - 7º andar - sala 763 - Sala Comitê de Ética - 97105-900 - Santa
Bairro: Camobi **CEP:** 97.105-970
UF: RS **Município:** SANTA MARIA
Telefone: (55)3220-9362 **E-mail:** cep.ufsm@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.489.962

dados, cronograma e orçamento.

Objetivo da Pesquisa:

Realizar a adaptação do programa ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros para educadores sociais.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Tendo em vista as características do projeto, a descrição de riscos e benefícios pode ser considerada suficiente.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória podem ser considerados suficientes.

Recomendações:

Veja no site do CEP - <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/prpgp/cep/> - modelos e orientações para apresentação dos documentos. ACOMPANHE AS ORIENTAÇÕES DISPONÍVEIS, EVITE PENDÊNCIAS E AGILIZE A TRAMITAÇÃO DO SEU PROJETO.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

.

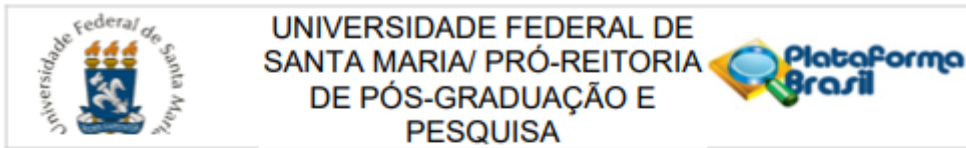
Considerações Finais a critério do CEP:

Veja no site do CEP - <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/prpgp/cep/> - modelos e orientações para apresentação dos documentos. ACOMPANHE AS ORIENTAÇÕES DISPONÍVEIS, EVITE PENDÊNCIAS E AGILIZE A TRAMITAÇÃO DO SEU PROJETO.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1924929.pdf	20/06/2022 22:25:09		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	TCLEED.pdf	20/06/2022 22:23:56	danusa scremin rolim	Aceito

Endereço: Avenida Roraima, 1000 - Prédio da Reitoria - 7º andar - sala 763 - Sala Comitê de Ética - 97105-900 - Santa
Bairro: Camobi **CEP:** 97.105-970
UF: RS **Município:** SANTA MARIA
Telefone: (55)3220-9362 **E-mail:** cep.ufsm@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.489.952

Justificativa de Ausência	TCLEED.pdf	20/06/2022 22:23:56	danusa scremin rolim	Aceito
Outros	Formularioparaapresentacaodependencias.pdf	08/06/2022 15:15:49	danusa scremin rolim	Aceito
Outros	PROJETOeditadojunho.pdf	08/06/2022 15:12:37	danusa scremin rolim	Aceito
Outros	PROJETOeditado.pdf	31/05/2022 15:40:09	danusa scremin rolim	Aceito
Outros	termodeconfidencialidadepdf.pdf	31/05/2022 15:33:20	danusa scremin rolim	Aceito
Outros	termoassinado.pdf	13/05/2022 16:51:18	danusa scremin rolim	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOed.pdf	13/05/2022 16:45:23	danusa scremin rolim	Aceito
Outros	termo.pdf	26/04/2022 19:21:45	danusa scremin rolim	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	04/04/2022 22:25:38	danusa scremin rolim	Aceito
Outros	GAP.pdf	04/04/2022 22:12:13	danusa scremin rolim	Aceito
Outros	confidencialidade.pdf	04/04/2022 22:07:13	danusa scremin rolim	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	04/04/2022 21:58:13	danusa scremin rolim	Aceito
Cronograma	CROMOGRAMA.pdf	04/04/2022 21:27:52	danusa scremin rolim	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	04/04/2022 19:36:26	danusa scremin rolim	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SANTA MARIA, 25 de Junho de 2022

Assinado por:
CLAUDEMIR DE QUADROS
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Roraima, 1000 - Prédio da Reitoria - 7º andar - sala 763 - Sala Comitê de Ética - 97105-900 - Santa
Bairro: Camobi **CEP:** 97.105-970
UF: RS **Município:** SANTA MARIA
Telefone: (55)3220-9362 **E-mail:** cep.ufsm@gmail.com